Sama S.A. – Minerações Associadas

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Relatório da Diretoria de 2010

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da SAMA S.A. MINERAÇÕES ASSOCIADAS referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Em 2010, a SAMA, vendeu 306,3 mil toneladas de minério crisotila, um acréscimo de 5,3% em relação ao ano anterior. As vendas no mercado interno atingiram 163,6 mil toneladas, representando um crescimento de 20,7% na comparação entre os anos de 2010 e 2009, devido, principalmente, ao aquecimento do mercado e redução das importações do mercado nacional que foram absorvidas pela SAMA. As exportações tiveram um volume de 142,7 mil toneladas, apresentando um recuo de 8,18% na comparação com o ano anterior em função da demanda do mercado interno. Estrategicamente, a Companhia prioriza o abastecimento para o mercado interno e exporta o excedente. No final de 2010 a SAMA possuía 14% do mercado mundial de minério crisotila.

As exportações são destinadas em sua maior parte aos seguintes países: Índia, Tailândia, Indonésia, Colômbia, México, Emirados Árabes, Malásia, China, Sri-Lanka, Bolívia, Equador, Nigéria, Filipinas, Angola, Vietnã, Gana, Zimbábue e Estados Unidos.

Na área de Recursos Humanos, deu-se continuidade ao programa de benefícios aos colaboradores da sociedade, concedendo a cesta básica, assistência médica, odontológica, incentivos permanentes à prevenção de acidentes e saúde ocupacional. Ocorrem, ainda com grande intensidade, atividades de treinamento e desenvolvimento de pessoal.

A transparência e equidade são dois dos principais alicerces de sustentabilidade dos negócios da SAMA. Nesse sentido, a Companhia mantém um programa Portas Abertas, (que já recebeu mais de 10.086 visitantes em sete anos de existência), é signatária do Pacto Global da ONU, possui as certificações ISO 9.001 de gestão de qualidade, ISO 14.001 de gestão ambiental e OHSAS 18.001 de gestão de saúde e segurança ocupacional, PSQ-USC - Programa Setorial de Qualidade do Uso Seguro do Crisotila.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Líquida

A SAMA, registrou receita líquida de vendas de R$ 310,0 milhões em 2010, um crescimento de 10,9% em relação a 2009. No mercado interno, a receita líquida apresentou crescimento de 33,2% em relação a 2009 e totalizou R$ 198,8 milhões. O crescimento da receita líquida no mercado interno é decorrente do comportamento dos preços e do maior volume de vendas de minério crisotila. A receita líquida proveniente de exportações, somou R$ 111,1 milhões, um recuo de 14,7% em relação a 2009, devido à retração do consumo mundial, absorvida pelo mercado interno.

Lucro Líquido

A SAMA registrou um lucro líquido de R$ 54,2 milhões em 2010, um crescimento de 3,3% em relação a 2009, principalmente pelos fatores comentados acima.

Do lucro líquido do exercício, R$ 5,4 milhões foram destinados para Reserva Legal e Estatutária e R$ 48,8 milhões foram destinados ao pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio.

INVESTIMENTOS

Somaram R$ 15,5 milhões em 2010, um acréscimo de 49,0% em relação ao ano anterior, cuja finalidade, foi aumentar a capacidade produtiva, sustentabilidade ao meio ambiente, e manutenção de investimentos realizados anteriormente.

O Resultado do exercício constante das Demonstrações Financeiras decorreu dos esforços contínuos de redução de custos, através de aperfeiçoamento dos métodos de gestão interna da sociedade.

POSICIONAMENTO SOBRE A QUESTÃO JURÍDICA DO MINÉRIO CRISOTILA

Lei do Estado de São Paulo

A Companhia esclarece que a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do minério crisotila e dos produtos que o contenham é regulamentada pela Lei Federal nº 9.055/95 - Decreto nº 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Portanto, a competência para legislar é da União, conforme preceitos constitucionais.

Neste sentido, em passado recente, Leis contrárias ao amianto aprovadas e sancionadas pelos Estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo foram consideradas inconstitucionais pelo STF - Supremo Tribunal Federal. Recentemente, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul também decidiu pela inconstitucionalidade de Lei de mesmo teor, que havia sido aprovada e sancionada pelo Estado, por invadir competência federal.

Em 2007, o Estado de São Paulo aprovou e sancionou a Lei nº 12.684 com a finalidade de proibir o uso de amianto e dos produtos que o contenham. Esta Lei está sendo questionada no STF pela CNTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.937/07.

No dia 04 de junho de 2008, a Companhia esclarece que, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) revogou a **liminar** concedida em 20 de dezembro de 2007 nos autos da Ação direta de Inconstitucionalidade, que tem por objeto a Lei nº 12.684 do Estado de São Paulo. É importante destacar que o mérito desta ação ainda não foi julgado, o que a coloca sub-judice e, portanto, **a proibição ainda não se tornou definitiva.** No entanto, devemos aguardar a decisão do Supremo Tribunal Federal, que até o presente momento não se manifestou.

Tramita na Assembleia Legislativa de São Paulo, projeto de lei que visa suspender os efeitos da atual Lei criando regras de transição para a sua aplicação. O projeto já recebeu emendas e está pronto para ser votado a qualquer momento.

Os entraves momentâneos a exportação do Amianto Crisotila via Porto de Santos levaram a Companhia a desenvolver novas alternativas para manter os seus embarques. Por decisão de 1ª Instância da justiça paulista as exportações via portos de Santos foram autorizadas.

Pesquisa Científica

Foi concluída uma importante pesquisa no Brasil conduzida por médicos ligados a importantes universidades brasileiras e do exterior, de renome, cujo objetivo, conforme projeto coordenado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq é responder como está a saúde da população que utiliza telhas de fibrocimento e de trabalhadores na mineração.

O resultado da pesquisa, divulgado em 25 de novembro de 2010, comprova que, em relação às avaliações da amostra dos moradores estudados, não foram encontradas alterações clínicas, funcionais respiratórias e tomográficas de alta resolução, passíveis de atribuição à inalação ambiental a fibras de asbesto.

Na avaliação ocupacional, não se identificou novas alterações nem progressão do comprometimento pleural ou intersticial nos indivíduos do Grupo exposto após 1980, que fizeram Tomografia Computadorizada de Alta Resolução - TCAR nos dois estudos. A íntegra desta pesquisa está disponível em http://www.sectec.go.gov.br.

Pesquisa FGV

Por solicitação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, a Fundação Getulio Vargas - FGV realizou uma pesquisa sobre **o papel dos produtos de amianto na cadeia da construção civil**. Este trabalho tem como objetivo dimensionar a importância dos produtos da cadeia produtiva do Minério crisotila na construção civil, tanto na sua dimensão de renda e emprego como em seu papel na estrutura concorrencial e na formação de preços do setor. A íntegra desta pesquisa encontra-se disponível no site da Eternit.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Prêmios

A Companhia conquistou durante o ano de 2010 os seguintes prêmios, consolidando a cada dia a força de sua marca. Confira abaixo a relação dos prêmios conquistados pela SAMA em 2010:

Ambiental:

- Campeão no 8º Benchmarking Ambiental Brasileiro;
- Melhor trabalho em resídios no Prêmio Brasil de Meio Ambiente do Jornal Brasil e Casa Brasil.

Social:

- A melhor empresa de médio porte para você trabalhar, pelo Guia Você S.A. - Exame;
- Segunda melhor empresa em Gestão de Pessoas, pela revista Valor Carreira;
- Posicionamento entre as 50 Melhores Empresas para se Trabalhar, pela Revista Época e Great Place to Work Institute;
- Destaque em qualidade de vida do trabalhador, pela Pesquisa Gestão RH.

Econômico:

- Campeã em desempenho das regiões Centro-Oeste e Norte, pelo Jornal Valor Econômico;
- Segunda melhor empresa mineradora do Brasil, pela revista Exame.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos, clientes, fornecedores, colaboradores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da SAMA em 2010; e confiamos no comprometimento e dedicação constante como base para a realização do nosso trabalho, sempre em linha com o desenvolvimento sustentável do País.

Minaçu, 02 de março de 2011.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais levantados em 31 de Dezembro de 2010 (Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.690	13.596	17.489
Contas a receber de clientes	6	64.300	58.772	62.878
Estoques	7	17.570	17.439	19.697
Impostos a recuperar		399	400	584
Demais contas a receber		1.715	1.868	2.104
Total do ativo circulante		**92.674**	**92.075**	**102.752**
Não circulante				
Partes relacionadas	(9.a)	23.177	21.460	16.632
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(16.b)	12.915	10.172	8.763
Impostos a recuperar		476	460	564
Depósitos judiciais e incentivos fiscais		2.608	1.475	1.305
Demais contas a receber		6.330	1.425	1.416
Investimentos	8	2.380	2.245	2.149
Imobilizado	10	44.202	36.608	33.464
Intangível	10	1.143	391	175
Total do ativo não circulante		**93.231**	**74.236**	**64.468**
TOTAL DO ATIVO		**185.905**	**166.311**	**167.220**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Circulante				
Fornecedores		9.221	6.146	6.375
Empréstimos e financiamentos	11	19.419	28.656	38.013
Salários, provisões e encargos sociais	12	12.609	10.534	7.540
Impostos, taxas e contribuições a recolher	13	15.196	9.787	7.192
Partes relacionadas	(9.a)	12.550	7.255	13.965
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	14	1.191	1.248	1.073
Demais contas a pagar		3.863	3.278	2.786
Total do passivo circulante		**74.049**	**66.904**	**76.944**
Não circulante				
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	14	7.284	7.485	7.929
Provisão para riscos	18	16.092	9.526	5.251
Remonte da mina	26	2.505	2.263	2.045
Receitas antecipadas		696	267	424
Total do passivo não circulante		**26.577**	**19.541**	**15.649**
Patrimônio líquido				
Capital social		65.100	65.100	65.100
Reservas de capital		342	342	342
Reservas de lucros		19.837	14.424	9.185
Total do patrimônio líquido (consolidado)		**85.279**	**79.866**	**74.627**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**185.905**	**166.311**	**167.220**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

SAMA MINERAÇÕES ASSOCIADAS

Sama S.A. – Minerações Associadas

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais - R$, exceto os valores por ação)

	Nota explicativa	Reservas de capital: Capital social	Reservas de capital: Subvenção para investimentos	Reservas de lucros: Estatutária	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucro do exercício	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009		**65.100**	**342**	**4.401**	**4.401**	**383**	**-**	**74.627**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	52.492	52.492
Destinação do lucro líquido:		-						
Apropriação para reservas		-	-	2.624	2.624	(9)	(5.239)	-
Juros sobre o capital próprio - R$ 0,131 por ação	15	-	-	-	-	-	(4.554)	(4.554)
Dividendos - R$ 1,225 por ação	15	-	-	-	-	-	(42.699)	(42.699)
Saldos em 31 de dezembro de 2009		**65.100**	**342**	**7.025**	**7.025**	**374**	**-**	**79.866**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	54.213	54.213
Destinação do lucro líquido:								
Apropriação para reservas		-	-	2.711	2.711	(9)	(5.413)	-
Juros sobre o capital próprio - R$ 0,192 por ação	(15.c)	-	-	-	-	-	(4.774)	(4.774)
Dividendos - R$ 1,263 por ação	(15.b)	-	-	-	-	-	(44.026)	(44.026)
Saldos em 31 de dezembro de 2010		**65.100**	**342**	**9.736**	**9.736**	**365**	**-**	**85.279**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional

A Sama S.A. - Minerações Associadas ("Companhia"), incorporada no Brasil, na cidade de Minaçu, Estado de Goiás, constituída em 10 de agosto de 1966, é uma Companhia de capital fechado, sua controladora é a Eternit S.A.

A Companhia tem como objeto social: (a) a pesquisa e lavra de jazidas e minas, podendo, ainda, explorar outros produtos minerais, o comércio em geral e, especialmente, a compra e venda de produtos agrícolas, pastoris, minerais e metais ferrosos e não ferrosos; (b) a produção de energia hidroelétrica, promovendo o seu aproveitamento, assim como o de quedas d'água a que tenha ou venha a ter direito, usando e vendendo energia que produzir; e (c) o gerenciamento e a disposição de resíduos de fibrocimento, podendo, igualmente, participar em outras sociedades.

A Companhia está capacitada com tecnologias que permitem a polivalência na extração e no beneficiamento do mineral crisotila, o qual é comercializado para os mercados interno e externo. As reservas de mineral crisotila são suficientes para uma produção, nos níveis atuais, de pelo menos trinta e cinco anos.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Resumo das Principais Práticas Contábeis

• Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e também os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

• Base de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia está apresentado a seguir:

a) Apuração do resultado

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

b) Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.
- Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

c) Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício/período, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes naquelas datas. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do período.

d) Custos de aposentadoria

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

e) Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social correntes está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo o saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (vide nota explicativa nº 16).

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício/período, exceto quando estão relacionados a itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

f) Imobilizado

Está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação acumuladas e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais, e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados até que os bens estejam concluídos. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A Administração da Companhia efetuou análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, cujo resultado está demonstrado abaixo:

Classes de imobilizado	Vida útil (anos)	Taxas anuais de depreciação %
Terrenos	-	-
Edifícios e benfeitorias	34	3
Máquinas e equipamentos	12	9
Máquinas de extração	4	28
Instalações	10	10
Veículos	5	20
Veículos fora de estrada	4	25
Móveis e utensílios	10	10
Equipamentos de informática	5	20
Remonte da mina	34	3
Recursos minerais	20	5

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

g) Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Demonstrações dos Resultados para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais - R$, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

	Nota explicativa	31/12/10	31/12/09
Receita operacional, líquida	20	310.039	279.506
Custo dos produtos vendidos		(149.093)	(130.817)
Lucro bruto		**160.946**	**148.689**
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas com vendas		(34.255)	(30.934)
Despesas gerais e administrativas		(38.668)	(28.687)
Remuneração da Administração	(9.b)	(2.693)	(1.180)
Despesas financeiras	23	(22.788)	(17.992)
Receitas financeiras	23	21.135	14.108
Resultado da equivalência patrimonial	8	135	96
Outras despesas operacionais, líquidas	22	(1.056)	(4.634)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**82.756**	**79.466**
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	(16.a)	(30.699)	(28.384)
Diferidos	(16.a)	2.156	1.410
Lucro líquido do exercício		**54.213**	**52.492**
Lucro líquido do exercício por ação - R$			
Por ação básico e diluído		**1,56**	**1,51**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	31/12/10	31/12/09
Fluxo de caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do exercício		54.213	52.492
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	10	7.335	6.402
Resultado da equivalência patrimonial	8	(135)	(96)
Resultado na baixa de ativos permanentes		(1.541)	74
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	300	-
Provisão para riscos		6.903	4.275
Provisão para perdas diversas		121	(51)
Encargos financeiros, variações monetária e cambial		728	4.068
Realização de despesas antecipadas		429	374
Realização de receitas antecipadas		(157)	(367)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2.156)	(1.410)
		66.040	**65.761**
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(6.371)	1.040
Estoques		(131)	2.258
Impostos a recuperar		1	288
Partes relacionadas		-	(4.556)
Depósitos judiciais e incentivos fiscais		(1.133)	(170)
Outros ativos		(7.308)	(1.054)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		3.065	(236)
Impostos, taxas e contribuições a recolher		31.134	28.846
Salários, provisões e encargos sociais		2.075	2.994
Provisão para riscos		(337)	
Demais contas a pagar		1.171	702
Caixa gerado pelas atividades operacionais		88.206	95.873
Imposto de renda e contribuição social pagos		(25.725)	(26.246)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		62.481	69.627
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições de imobilizado e intangível	10	(14.061)	(9.836)
Recebimento pela venda de imobilizado		-	1.020
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(14.061)	(8.816)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos - terceiros		**123.445**	**36.083**
Amortização de empréstimos e financiamentos		(133.266)	(46.824)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		(43.505)	(53.963)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(53.326)	(64.704)
Redução do caixa e equivalentes de caixa		**(4.906)**	**(3.893)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	13.596	17.489
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	8.690	13.596
		(4.906)	**(3.893)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOEGO ATÉ ÀS 10H DE DOIS DIAS ANTERIORES À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[20920]-eternit_sa_legal_bal_Anual_31-12-10_SAMA_DOEGO.indd 2 28/06/2011 15:34:13

SAMA MINERAÇÕES ASSOCIADAS

Sama S.A. – Minerações Associadas

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

h) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Não foram identificadas necessidade de provisão para perdas sobre os ativos registrados em 31 de dezembro de 2010.

i) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos de clientes devedores ou de mudança na situação financeira de clientes.

j) Estoques

São apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

k) Provisões

- As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.
- A provisão para benefícios futuros a ex-colaboradores é contabilizada com base em estimativa atuarial, conforme descrito na nota explicativa nº 14.
- A Companhia registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação em locais ambientais conhecidos, emprega equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, usa especialistas externos, quando necessário, e segue o Programa para Recuperação de Área Degradada - PRAD, valorizando os gastos com base em cotações de mercado.

l) Ajuste a valor presente

O contas a receber e fornecedores estão ajustados ao seu valor presente, considerando a taxa de Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC como taxa de desconto. A constituição de tais ajustes está registrada como redutora nas contas de origem e a sua realização é registrada na rubrica "Receitas financeiras" nas demonstrações do resultado.

m) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

n) Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, isto é, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais, conforme previsto contratualmente, incorridos até o fim de cada exercício, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

o) Outros ativos e passivos, correntes e não correntes

Outros ativos e passivos, correntes e não correntes são registrados pelo seu valor realizável (ativos) e pelos seus valores conhecidos ou estimáveis (passivos), acrescidos de juros, variações monetárias e encargos, quando aplicável.

p) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica "Dividendos adicionais propostos", sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 15. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do lucro líquido do período, diretamente no patrimônio líquido.

q) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas emitidos até a presente data. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. Principais Julgamentos Contábeis e Fontes de Incerteza nas Estimativas

Na aplicação das principais práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2.2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou, também, em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente quanto períodos futuros.

• Principais fontes de incerteza nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais fontes de incerteza nas estimativas no fim de cada exercício, as quais podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

3.1. Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.f, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado, anualmente, no fim de cada exercício. Durante o exercício corrente, a Administração estabeleceu que a vida útil de certos itens de máquinas, equipamentos e edificações deveria ser aumentada, suportada por laudos de avaliação internos e externos, considerando a manutenção preventiva, no decorrer dos próximos exercícios.

3.2. Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa nº 25, a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A referida nota explicativa oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

3.3. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 18. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

4. Efeitos da Adoção dos Novos Pronunciamentos Emitidos pelo CPC

- Efeitos da adoção dos novos CPCs nas demonstrações financeiras

Efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC no balanço patrimonial

		Em 01/01/09 (data de transição)			Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	Item (*)	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP (Reapresentado)	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP (Reapresentado)
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		17.489	-	17.489	13.596	-	13.596
Contas a receber de clientes		62.878	-	62.878	58.772	-	58.772
Estoques	a	21.331	(1.634)	19.697	19.073	(1.634)	17.439
Impostos a recuperar		584	-	584	400	-	400
Imposto de renda e contribuição social diferidos	b	1.610	(1.610)	-	1.652	(1.652)	-
Demais contas a receber		2.104	-	2.104	1.869	-	1.868
Total do ativo circulante		105.997	(3.244)	102.752	95.361	(3.286)	92.075
Não Circulante							
Depósitos judiciais e incentivos fiscais		1.305	-	1.305	1.475	-	1.475
Impostos a recuperar		564	-	564	460	-	460
Imposto de renda e contribuição social diferidos	c	7.126	1.637	8.763	8.487	1.683	10.172
Partes relacionadas		16.632	-	16.632	21.460	-	21.460
Demais contas a receber		1.416	-	1.416	1.425	-	1.425
Outros investimentos		2.149	-	2.149	2.245	-	2.245
Imobilizado	a/d	31.578	1.886	33.464	34.739	1.869	36.608
Outros ativos intangíveis	e	186	(11)	175	402	(11)	391
Total do ativo não circulante		60.955	3.512	64.468	70.693	3.541	74.236
Total do Ativo		**166.952**	**268**	**167.220**	**166.056**	**255**	**166.311**
Passivo							
Circulante							
Fornecedores		6.375	-	6.375	6.146	-	6.146
Empréstimos e financiamentos		38.013	-	38.013	28.656	-	28.656
Salários, provisões e encargos sociais		7.540	-	7.540	10.534	-	10.534
Impostos, taxas e contribuições a recolher		7.192	-	7.192	9.787	-	9.787
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		13.965	-	13.965	7.255	-	7.255
Provisão para benefícios futuros a colaboradores		1.073	-	1.073	1.248	-	1.248
Demais contas a pagar		2.784	-	2.784	3.278	-	3.278
Total do passivo circulante		76.944	-	76.944	66.904	-	66.904
Não Circulante							
Provisão para benefícios futuros a ex-colaboradores		7.929	-	7.929	7.485	-	7.485
Provisão para contingências		5.251	-	5.251	9.526	-	9.526
Remonte da mina		2.045	-	2.045	2.263	-	2.263
Receitas antecipadas		424	-	424	267	-	267
Total do passivo não circulante		15.649	-	15.649	19.541	-	19.541
Patrimônio Líquido							
Capital social		65.100	-	65.100	65.100	-	65.100
Reserva de capital	d	33	309	342	33	309	342
Reservas de lucros	e	9.226	(41)	9.185	14.478	(54)	14.424
Total do patrimônio líquido		74.359	268	74.627	79.611	255	79.866
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**166.952**	**268**	**167.220**	**166.056**	**255**	**166.311**

Conciliação do patrimônio líquido atribuível

	Item (*)	Em 01/01/09 (data de transição)	Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)
Total do patrimônio líquido de acordo com as BR GAAP anteriores		74.359	79.611
Correção monetária complementar do ativo imobilizado - pronunciamento técnico CPC 42 (IAS 29)	d	309	309
Depreciação da correção monetária complementar - pronunciamentos técnicos CPC 27 e CPC 23	e	(57)	(74)
Reversão parcial de custos administrativos na formação de ativo intangível - pronunciamento técnico CPC 38	e	(56)	(56)
Reversão parcial da depreciação do ativo intangível - pronunciamentos técnicos CPC 04 e CPC 23	e	45	45
Constituição de imposto de renda diferido - pronunciamento técnico CPC/IFRS 32	e	27	31
Total dos ajustes no patrimônio líquido		268	255
Total do patrimônio líquido de acordo com as BR GAAP		74.627	79.866

Continua...

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOEGO ATÉ ÀS 10H DE DOIS DIAS ANTERIORES À PUBLICAÇÃO

petron 11 3885.9696

[20920]-eternit_sa_legal_bal_Anual_31-12-10_SAMA_DOEGO.indd 3 28/06/2011 15:34:13

SAMA MINERAÇÕES ASSOCIADAS

Sama S.A. – Minerações Associadas

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

Efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC na demonstração do resultado

		Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	Item (*)	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP (Reapresentada)
Receita operacional líquida		279.506	-	279.506
Custo dos produtos vendidos		(130.817)	-	(130.817)
Lucro bruto		148.689	-	148.689
Receitas (despesas) operacionais:				
Despesas com vendas		(30.934)	-	(30.934)
Despesas gerais e administrativas		(28.687)	-	(28.687)
Remuneração da Administração		(1.180)	-	(1.180)
Despesas financeiras		(17.992)	-	(17.992)
Receitas financeiras		14.108	-	14.108
Outras despesas operacionais, líquidas	e	(4.615)	(19)	(4.634)
Resultado da equivalência patrimonial		96	-	96
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**79.485**	**(19)**	**79.466**
Imposto de Renda e Contribuição Social	e	**(26.980)**	**6**	**(26.974)**
Lucro Líquido do Exercício		**52.505**	**(13)**	**52.492**
Atribuível à				
Participação dos acionistas controladores		52.505	(13)	52.492
Participação dos acionistas não controladores		52.505	(13)	52.492

Descrição dos ajustes e das reclassificações na conversão das BR GAAP anteriores para as BR GAAP atuais

	Item (*)	31/12/09	01/01/09
Estoque transferido para o ativo imobilizado - pronunciamento técnico CPC 27	a	(1.634)	(1.634)
Ativo fiscal diferido transferido para o ativo não circulante	b	(1.652)	(1.610)
Ativo fiscal diferido transferido do ativo circulante		1.652	1.610
Constituição de ativo fiscal diferido sobre efeitos do CPC		31	27
	c	1.683	1.637
Ativo imobilizado transferido dos estoques - pronunciamento técnico CPC 27	a	1.634	1.634
Correção monetária complementar do ativo imobilizado - pronunciamento técnico CPC 42 (IAS 29)	d	309	309
Depreciação da correção monetária complementar - pronunciamentos técnicos CPC 27 e CPC 23		(74)	(57)
		1.869	1.886
Reversão parcial de custos administrativos na formação de ativo intangível - pronunciamento técnico CPC 38		(56)	(56)
Reversão parcial da depreciação do ativo intangível - pronunciamentos técnicos CPC 04 e CPC 23		45	45
	e	(11)	(11)

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Saldos de caixa e bancos	391	5.679	343
Fundos de investimento	8.299	7.917	17.146
Total	**8.690**	**13.596**	**17.489**

Em 31 de dezembro de 2010, os fundos de investimento foram remunerados por taxas médias de 103% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (105% em 31 de dezembro de 2009 e 95% em 1º de janeiro de 2009), tendo, basicamente, em sua carteira fundos referenciados - DI e renda fixa.

6. Contas a Receber de Clientes

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Contas a receber de clientes	66.638	60.810	64.916
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.338)	(2.038)	(2.038)
Total	**64.300**	**58.772**	**62.878**

Composição do saldo de clientes por idade de vencimento:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
A vencer	59.243	52.771	62.281
Valores vencidos:			
Até 30 dias	3.473	5.346	516
Entre 30 e 60 dias	656	27	-
Acima de 60 dias	3.266	2.666	2.119
Total	**66.638**	**60.810**	**64.916**

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Saldo inicial	(2.038)	(2.038)	(2.038)
Adição	(300)	-	-
Total	**(2.338)**	**(2.038)**	**(2.038)**

7. Estoques

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Produtos acabados	6.734	7.328	8.592
Produtos em elaboração	1.976	1.520	416
Materiais auxiliares	8.860	8.591	10.689
Total	**17.570**	**17.439**	**19.697**

8. Investimentos

A seguir, são apresentados os detalhes da controlada da Companhia no encerramento do exercício:

	Participação e capital votante detidos - %		
Controlada	**31/12/10**	**31/12/09**	**01/01/09**
Engedis Distribuição e Serviços Ltda. ("Engedis") (*)	99,99	99,99	99,99

(*) A controlada não possui atividade econômica.

Movimentação do investimento na Engedis, conforme a seguir:

Em 1º de janeiro de 2009	2.149
Equivalência patrimonial	96
Em 31 de dezembro de 2009	2.245
Equivalência patrimonial	135
Em 31 de dezembro de 2010	2.380

9. Partes Relacionadas

a) Saldos e transações com partes relacionadas

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Saldos:			
Ativo circulante -			
Clientes: (i)			
Eternit S.A. (Controladora)	7.173	4.160	4.816
Precon Goiás Industrial Ltda. (Coligada)	1.212	719	1.174
	8.385	4.879	5.990
Ativo não circulante -			
Mútuo - (iii)			
Eternit S.A. (Controladora)	23.177	21.460	16.632
Total	**31.562**	**26.339**	**22.622**
Passivo circulante -			
Dividendos e juros sobre o capital próprio - (ii)			
Eternit S.A.	12.550	7.255	13.965
Total	**12.550**	**7.255**	**13.965**
Transações:			
Vendas:			
Eternit S.A. (Controladora)	93.025	68.775	59.388
Precon Goiás Industrial Ltda. (Coligada)	11.140	8.682	9.702
Total	**104.165**	**77.457**	**69.090**
Receita -			
Juros sobre mútuo - Eternit S.A.	2.075	1.957	-
Total	**2.075**	**1.957**	**-**
Despesas -			
Descontos concedidos - Eternit S.A.	3.368	1.749	2.656
Total	**3.368**	**1.749**	**2.656**

(i) Refere-se a saldos a receber referentes a fornecimentos de matéria-prima (mineral crisotila), sendo essas transações usuais e constantes no decorrer dos exercícios, motivo pelo qual os referidos saldos estão classificados em contas do circulante.

(ii) Refere-se a juros sobre o capital próprio líquido de IRRF a receber da controladora.

(iii) Refere-se a recursos aplicados na controladora Eternit S.A., classificados no passivo não circulante, referentes a contratos de mútuo sobre os quais incidem a variação de 100% do CDI e o prazo de amortização de 24 meses, sendo os recursos destinados para fazer face aos investimentos no ativo imobilizado da Companhia.

b) Remuneração da Administração

A Companhia pagou aos seus administradores, em salários e remuneração variável, conforme a seguir:

	31/12/10	31/12/09
Salários e honorários	620	592
Participação nos lucros	639	555
Gratificação	1.434	33
Total	**2.693**	**1.180**

A despesa com remuneração da Administração está contabilizada na rubrica "Despesas gerais e administrativas" na Demonstração do Resultado.

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Até 31 de dezembro de 2010 não foram registrados nenhum benefício de longo prazo (benefício pós-emprego e rescisão de contrato de trabalho).

De acordo com a legislação societária do Brasil e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas fixar, em Assembleia Geral, o montante global da remuneração anual dos administradores.

10. Imobilizado e Intangível

a) Imobilizado

	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Instalações	Veículos	Veículos fora de estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Remonte da mina	Recursos minerais	Imobilizações em andamento	Total
Custo													
Em 1º de janeiro de 2009	560	12.268	37.883	15.929	99.826	4.606	6.827	5.203	2.523	1.847	5.594	7.733	200.799
Adições	-	66	179	265	3.057	188	-	59	58	-	75	5.467	9.414
Baixas	-	(85)	(2.835)	(905)	(93)	(10)	(861)	(1.175)	(527)	-	(883)	(581)	(7.955)
Transferências	-	675	109	237	2.367	(1)	(1)	193	35	-	4.302	(7.916)	-
Em 31 de dezembro de 2009	560	12.924	35.336	15.526	105.157	4.783	5.965	4.280	2.089	1.847	9.088	4.703	202.258
Adições	-	-	1.634	-	-	-	-	-	-	-	-	11.484	13.118
Baixas	-	(183)	(302)	(846)	(82)	(83)	(2.151)	(70)	(161)	-	-	2.071	(1.807)
Transferências	-	1.744	665	1.343	8.092	141	14	1.095	192	-	4.299	(17.585)	-
Em 31 de dezembro de 2010	560	14.485	37.333	16.023	113.167	4.841	3.828	5.305	2.120	1.847	13.387	673	213.569
Depreciação													
Em 1º de janeiro de 2009	-	(10.550)	(35.391)	(13.659)	(91.370)	(2.556)	(6.797)	(3.671)	(2.120)	(44)	(1.175)	-	(167.335)
Adições	-	(134)	(1.157)	(977)	(2.491)	(594)	(9)	(260)	(150)	(62)	(362)	-	(6.196)
Baixas	-	11	3.493	905	227	10	858	1.172	527	-	678	-	7.881
Em 31 de dezembro de 2009	-	(10.675)	(33.055)	(13.731)	(93.634)	(3.140)	(5.948)	(2.759)	(1.743)	(106)	(859)	-	(165.650)
Adições	-	(102)	(2.679)	(256)	(2.459)	(506)	(13)	(307)	(142)	(52)	(628)	-	(7.144)
Baixas	-	46	-	844	83	83	2.152	60	159	-	-	-	3.427
Em 31 de dezembro de 2010	-	(10.731)	(35.734)	(13.143)	(96.010)	(3.563)	(3.809)	(3.006)	(1.726)	(158)	(1.487)	-	(169.367)
Valor residual													
Em 1º de janeiro de 2009	560	1.716	2.492	2.270	8.456	2.050	30	1.532	403	1.803	4.419	7.733	33.464
Em 31 de dezembro de 2009	560	2.249	2.281	1.795	11.523	1.643	17	1.521	346	1.741	8.229	4.703	36.608
Em 31 de dezembro de 2010	560	3.754	1.599	2.880	17.157	1.278	19	2.299	394	1.689	11.900	673	44.202

Em razão de processos judiciais, a Companhia ofereceu como garantia bens do ativo imobilizado no valor de R$ 6.483.

b) Intangível

	Softwares	Intangível em andamento	Total
Custo			
Em 1º de janeiro de 2009	1.616	-	1.616
Adições	279	143	422
Baixas	-	-	-
Transferências	143	(143)	-
Em 31 de dezembro de 2009	2.038	-	2.038
Adições	-	943	943
Baixas	-	-	-
Transferências	943	(943)	-
Em 31 de dezembro de 2010	2.981	-	2.981
Amortização			
Em 1º de janeiro de 2009	(1.441)	-	(1.441)
Adições	(206)	-	(206)
Baixas	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2009	(1.647)	-	(1.647)
Adições	(191)	-	(191)
Baixas	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2010	(1.838)	-	(1.838)
Valor residual			
Em 1º de janeiro de 2009	175	-	175
Em 31 de dezembro de 2009	391	-	391
Em 31 de dezembro de 2010	1.143	-	1.143

11. Empréstimos e Financiamentos

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Circulante:			
ACE (a)	19.419	28.656	29.798
ACC (b)	-	-	8.215
Total	**19.419**	**28.656**	**38.013**

a) Adiantamentos de Contrato de Exportação - ACE

São recursos destinados a alavancar o capital de giro, captados em dólares norte-americanos a uma taxa cambial média de R$ 1,68 e atualizados pela taxa de R$ 1,6654 em 31 de dezembro de 2010. Taxa de captação PRIME média de 3,25% ao ano, sendo tais adiantamentos, pelas características da transação, vencíveis em até 360 dias. A Eternit S.A. é avalista de parte das operações de ACE da Companhia cujo valor em 31 de dezembro de 2010 era de R$ 19.419, representando 97,14% do saldo total em 31 de dezembro de 2010.

b) Adiantamentos de Contrato de Câmbio - ACC

São recursos destinados a alavancar o capital de giro da Companhia, captados em dólares norte-americanos a uma taxa cambial média de R$ 1,627 e Taxa Interbancária de Londres - LIBOR média de 3,25% ao ano, sendo tais adiantamentos, pelas características da transação, vencíveis em até 360 dias.

Continua...

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOEGO ATÉ ÀS 10H DE DOIS DIAS ANTERIORES À PUBLICAÇÃO

petron 11 3885.9696

[20920]-eternit_sa_legal_bal_Anual_31-12-10_SAMA_DOEGO.indd 4 28/06/2011 15:34:13

SAMA MINERAÇÕES ASSOCIADAS

Sama S.A. – Minerações Associadas

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

12. Salários, Provisões e Encargos Sociais

	01/01/09	Adições	Pagamentos	31/12/09	Adições	Pagamentos	31/12/10
13º salário	-	2.306	(2.306)	-	2.407	(2.407)	-
Férias	2.382	3.433	(2.929)	2.886	3.459	(2.983)	3.362
Participação nos lucros (a)	4.160	7.400	(5.146)	6.414	11.558	(10.428)	7.544
Salários	-	13.704	(13.704)	-	14.485	(14.485)	-
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	177	2.209	(2.180)	206	2.257	(2.177)	286
Salário-educação	38	558	(550)	46	632	(609)	69
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	542	7.673	(7.555)	660	9.059	(8.742)	977
Previdência privada (b)	241	2.421	(2.364)	298	2.320	(2.271)	347
Contribuição sindical	-	89	(65)	24	119	(118)	24
Total	**7.540**	**39.793**	**(36.799)**	**10.534**	**46.296**	**(44.221)**	**12.609**

a) Participação nos lucros

A Companhia adota o programa de participação nos lucros para os colaboradores. O acordo é homologado pelo sindicato. O valor está registrado como despesas administrativas na rubrica "Participação nos lucros".

b) Previdência privada

A Companhia oferece plano de previdência privada aos colaboradores, administrado por uma instituição financeira autorizada sem vínculo com a Companhia, com característica de contribuição definida.

13. Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher

Circulante	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Tributos sobre os lucros:			
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	8.428	3.607	1.225
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.498	260	503
Demais tributos:			
ICMS	1.891	2.990	3.177
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social/Programa de Integração Social - COFINS/PIS	1.689	1.358	852
Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM	1.690	1.572	1.435
Total	**15.196**	**9.787**	**7.192**

14. Provisão para Benefícios Futuros a Ex-Colaboradores

A Companhia, com base em laudo atuarial para a data-base 31 de dezembro de 2010 preparado por empresa especializada independente, com parecer emitido em 21 de fevereiro de 2011, contabilizou uma provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-colaboradores.

a) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Taxa de desconto - % ao ano	10,73	11,29	10,25
Crescimento das despesas com saúde - % ao ano	8,5	8,51	8,50
Taxa de inflação de longo prazo - % ao ano	4,5	4,50	4,50
Tábua de mortalidade geral	GAM83	GAM83	GAM83

b) Avaliação atuarial

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Número de participantes	220	217	219
Valor presente das obrigações no início do período	9.720	10.179	9.048
Juros sobre a obrigação atuarial	932	979	872
(Ganhos) perdas atuariais	-	(872)	1.314
Gastos realizados no exercício	(1.226)	(1.438)	(1.055)
Valor presente das obrigações no fim do exercício	9.426	8.848	10.179

c) Amortização dos ganhos atuariais

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
(Ganhos) perdas atuariais não reconhecidas	2.663	(872)	(1.159)
Corredor - 10% do valor presente das obrigações	(943)	(885)	(1.018)
Serviço médio futuro esperado (em anos)	16,42	17,42	18,60

d) Conciliação contábil do passivo

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Saldo contábil no início do exercício	8.733	9.001	9.204
Gastos realizados no exercício	(1.226)	(1.438)	(1.055)
Complemento da provisão	967	1.170	853
Total	**8.474**	**8.733**	**9.002**
Circulante	1.191	1.248	1.073
Não circulante	7.284	7.485	7.929
Total	**8.475**	**8.733**	**9.002**

15. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia está totalmente integralizado, no valor de R$ 65.100, representado por 34.847.445 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Acionistas	Quantidade de ações	Participação - %
Eternit S.A.	34.847.440	99,99
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	5	0,01
Total	**34.847.445**	**100,00**

b) Dividendos

A Companhia distribuirá como dividendo mínimo obrigatório em cada exercício 25% do lucro do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Os dividendos pagos ou propostos durante o exercício foram:

Evento	Início do pagamento	Valor total	Valor por ação - R$
Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 31/03/10	30/04/10	9.932	0,285
AGE de 25/06/10	30/07/10	7.841	0,225
AGE de 25/06/10	30/08/10	4.739	0,136
AGE de 27/09/10	29/10/10	5.668	0,162
AGE de 27/09/10	30/11/10	4.333	0,124
AGE de 29/12/10 (*)	31/01/11	6.846	0,196
AGE de 29/12/10 (*)	28/02/11	4.667	0,134
Total		**44.026**	

c) Juros sobre o capital próprio

A Administração da Companhia poderá deliberar distribuição de resultado na forma de pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente.

Os juros sobre o capital próprio pagos durante o exercício foram:

Evento	Início do pagamento	Valor total	Valor por ação - R$
AGE de 31/03/10	30/04/10	1.185	0,034
AGE de 25/06/10	30/07/10	1.185	0,034
AGE de 27/09/10	29/10/10	1.185	0,034
AGE de 29/12/10 (*)	31/01/11	1.219	0,035
Total		**4.774**	

(*) Os dividendos e juros sobre o capital próprio descontados do IRRF - 15% estão registrados na rubrica "Partes relacionadas", no passivo circulante.

16. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é conforme a seguir:

	31/12/10	31/12/09
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	82.756	79.466
Alíquota nominal (%)	34	34
Imposto de renda e contribuição social alíquotas nominais	(28.137)	(27.018)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva decorrentes de Diferenças permanentes:		
Resultado de equivalência patrimonial	46	33
Juros sobre o capital próprio	1.623	5.140
Gratificação a administradores	(1.531)	(1.422)
Doações e brindes	(1.179)	(268)
Provisão para bônus - Administração	(289)	(16)
Outras (adições) exclusões	895	(245)
Outras adições temporárias	(2.127)	(4.588)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(30.699)	(28.384)
Reversões temporárias	2.156	1.410
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.156	1.410
Despesa do exercício	**(28.543)**	**(26.974)**

b) Composição do ativo fiscal diferido

Os créditos fiscais diferidos, apresentados no ativo não circulante, referem-se ao imposto de renda e à contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, conforme a seguir:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Benefícios futuros a ex-colaboradores	2.604	2.692	2.784
Provisão para riscos	5.415	3.239	1.786
Provisão para perdas no recebimento de créditos	2.994	2.892	2.787
Provisão para participação nos lucros e resultados	1.411	986	1.043
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de CPC	39	-	-
Outras provisões	452	330	336
Total	**12.915**	**10.139**	**8.736**

Expectativa de realização dos créditos tributários

i) Diferenças temporárias

Estima-se que o saldo do ativo não circulante, referente aos impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias, será realizado conforme a seguir:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
2010	-	1.652	1.610
2011	2.097	-	-
2012	-	-	-
2013	-	-	-
2014 a 2019	10.818	8.487	7.126
Total	**12.915**	**10.139**	**8.736**

A estimativa da realização do saldo de impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias, em 31 de dezembro de 2010, pode apresentar alterações, pois grande parte delas está sujeita a decisões judiciais sobre as quais a Companhia não detém controle, tampouco sabe prever quando haverá a decisão em última instância.

As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, à flutuação de taxas de câmbio, ao volume de vendas, aos preços de venda e às alíquotas de impostos, entre outras, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social decorre não somente do lucro tributável, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e diversas outras variáveis, não existe uma correlação relevante entre o lucro líquido da Companhia e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

17. Participação dos Colaboradores nos Lucros

A Companhia concede participação nos lucros a seus colaboradores, sendo o valor destinado a eles calculado nos termos do acordo sindical firmado com a Companhia. Os valores registrados de despesas de participação nos lucros no exercício de 2010 foi de R$ 9.769 (R$ 7.382 em 2009).

18. Provisão para Riscos

A Companhia possui diversos processos judiciais de naturezas cível, trabalhista e tributária, que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

A provisão para riscos foi constituída para os processos cuja perda foi avaliada como provável, com base na análise individual dos respectivos processos feita pelos assessores legais da Companhia.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Processos trabalhistas	6.511	6.374	5.251
Processos cíveis e tributários	9.581	3.152	-
	16.092	**9.526**	**5.251**

	01/01/09	Adições	Pagamentos	Reversões	31/12/09
Processos trabalhistas	5.251	2.943	-	(1.820)	6.374
Processos cíveis e tributários	-	3.154	-	(2)	3.152
Provisão para riscos	5.251	6.097	-	(1.822)	9.526

	31/12/09	Adições	Pagamentos	Reversões	31/12/10
Processos trabalhistas	6.374	2.101	(337)	(1.627)	6.511
Processos cíveis e tributários	3.152	6.429	-	-	9.581
Provisão para riscos	9.526	8.530	(337)	(1.627)	16.092

A Companhia efetua depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos e estão registrados no ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia mantinha em andamento ação popular em Poções - BA sobre questões locais de naturezas ambiental e de saúde e que está relacionada às ações civis públicas movidas pelos Ministérios Públicos Estadual e Federal do Estado da Bahia, na comarca da cidade de Vitória da Conquista, cujas avaliações dos assessores legais quanto à perda foram consideradas possíveis.

Igualmente, na mesma data, a Companhia mantinha em andamento uma ação de improbidade administrativa em que se discutem questões relacionadas à CFEM, ação anulatória e uma execução da mesma natureza (CFEM) no Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM.

Também possuía uma ação popular na comarca de Minaçu - GO relacionada à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra para a Companhia.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2010, existiam outras reclamações trabalhistas e processos cíveis, tributários e administrativos contra a Companhia, para os quais os assessores legais desta classificam a perda como possível, no montante de R$ 600; portanto, não foi registrada nenhuma provisão para essas reclamações trabalhistas e processos cíveis, tributários e administrativos, pois ainda se encontram em fases iniciais e deverão se alongar no tempo.

19. Plano de Suplementação de Aposentadoria

A Companhia mantém contratado um plano de previdência complementar fechado com uma entidade de previdência privada devidamente autorizada. O plano foi contratado com o objetivo principal de suplementar a aposentadoria e pensão dos colaboradores e executivos. As contribuições são destinadas a todos os colaboradores e administradores, tendo sido efetuado no valor R$ 1.500 em 31 de dezembro de 2010 (R$ 1.408 em 2009).

20. Receita Operacional, Líquida

	31/12/10	31/12/09
Receita bruta de vendas	370.645	326.215
Impostos incidentes sobre as vendas	(60.606)	(46.709)
Receita operacional, líquida	**310.039**	**279.506**

21. Informações sobre a Natureza das Despesas

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	31/12/10	31/12/09
Custo dos produtos e das mercadorias vendidos	149.093	130.817
Despesas com vendas	34.255	30.934
Despesas gerais e administrativas	41.361	29.867
Despesas financeiras	22.788	17.992
Outras despesas operacionais	1.056	4.634
Total	**248.553**	**214.244**
Matéria-prima consumida	16.304	14.998
Despesas com pessoal e encargos	44.405	39.404
Materiais, energia elétrica e serviços	37.826	32.087
Despesas de vendas variáveis	30.502	27.122
Depreciação e amortização	7.099	6.202
Provisão para contingências	8.056	5.793
Serviços de terceiros	48.950	37.678

Continua...

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOEGO ATÉ ÀS 10H DE DOIS DIAS ANTERIORES À PUBLICAÇÃO

petron 11 3885.9696

[20920]-eternit_sa_legal_bal_Anual_31-12-10_SAMA_DOEGO.indd 5 28/06/2011 15:34:13

SAMA MINERAÇÕES ASSOCIADAS

Sama S.A. – Minerações Associadas

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/10	31/12/09
Comissões sobre vendas	1.033	859
Contribuição para entidades de classe	2.679	3.692
Propaganda e publicidade	1.934	1.220
Impostos e taxas	730	694
Encargos financeiros sobre financiamentos e mútuo	2.075	1.884
Variação cambial passiva	7.794	15.060
Outras	39.166	27.551
Total	**248.553**	**214.244**

22. Outras Despesas Operacionais, Líquidas

	31/12/10	31/12/09
Outras receitas operacionais:		
Vendas de bens do imobilizado	1.688	1.020
Receitas eventuais	5.638	314
Outras vendas	200	135
Aluguéis	419	409
	7.945	**1.878**
Outras despesas operacionais:		
Provisão para riscos	(6.754)	(4.274)
Provisão para benefícios futuros a ex-colaboradores	(932)	(978)
Impostos sobre outras vendas	(510)	(408)
Gastos com indenizações trabalhistas e cíveis	-	(157)
Custo da baixa do imobilizado	(147)	(74)
Outras	(658)	(621)
	(9.001)	**(6.512)**
Total	**(1.056)**	**(4.634)**

23. Receitas e Despesas Financeiras

	31/12/10	31/12/09
Despesas financeiras:		
Variação cambial	(16.871)	(12.835)
Juros passivos	(752)	(2.397)
Descontos concedidos	(4.991)	(2.590)
Outras	(174)	(170)
	(22.788)	**(17.992)**
Rendimentos de aplicações financeiras	454	630
Descontos obtidos	1	2
Juros ativos recebidos	4.997	4.616
Variações cambiais ativas	15.683	8.860
	21.135	**14.108**
Despesas financeiras, líquidas	**(1.653)**	**(3.884)**

24. Cobertura de Seguros

Os seguros mantidos pela Companhia, em 31 de dezembro de 2010, contra eventuais riscos estão relacionados a seguir:

Modalidade	Bens cobertos	Valor da cobertura
Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral e lucros cessantes	Edifícios, instalações, equipamentos e outros	214.680

25. Instrumentos Financeiros

a) Considerações gerais

A Companhia contrata operações financeiras envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, financiamentos e contratos de câmbio.

A administração e gestão desses instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, devidamente monitorados pela Administração da Companhia, visando maximizar a rentabilidade do negócio ao acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre o capital de terceiros e o capital próprio.

Aplicações financeiras

A política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as operações podem ser realizadas, além de definir limites quanto aos valores a serem aplicados em cada uma delas.

Empréstimos e financiamentos

As operações estão registradas de acordo com os contratos celebrados e as respectivas taxas de juros usuais de mercado, conforme nota explicativa nº 11.

Na sua totalidade, os financiamentos são denominados em moeda nacional e corrigidos pelo CDI pós-fixado.

Contratos de câmbio

i) Riscos cambiais

A Companhia realiza operações de contratos de câmbio visando à proteção de sua exposição à variação da cotação de moedas, decorrente das vendas de produtos acabados ao mercado externo.

ii) Riscos de taxa de juros

A Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atreladas a taxas pós-fixadas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

b) Exposição cambial

Em 31 de dezembro de 2010, os principais grupos de contas atrelados à moeda estrangeira, preponderantemente indexados ao dólar norte-americano e relacionados à Companhia, são conforme a seguir:

	31/12/10	31/12/09	Cotação em 31/12/10 (US$ 1,00 = R$)
Clientes no mercado externo (i)	38.074	40.204	1,666
Fornecedores no mercado externo	(8.299)	(56)	1,666
ACE (ii)	(19.419)	(28.656)	1,666
Comissões no exterior	(111)	(66)	1,666
Fretes internacionais	(477)	(775)	1,666
Total da exposição cambial	**9.768**	**10.651**	

(i) Valores a receber de clientes no exterior pela venda do mineral crisotila.

(ii) A Companhia tem como prática descontar os contratos de exportação sempre que a cotação do dólar norte-americano se mostra favorável a esse tipo de operação, minimizando riscos de perdas com a variação cambial.

c) Exposição à taxa de juros

As exposições ativas (passivas) da Companhia à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	31/12/10	31/12/09
Ativo -		
Aplicações financeiras (i)	8.299	7.917
Passivo -		
ACE (ii)	(19.419)	(28.656)
Total da exposição à taxa de juros	**(11.120)**	**(20.739)**

(i) As aplicações financeiras estão representadas por fundos de renda fixa e CDB, com remuneração média de 103% do CDI (vide nota explicativa nº 5).

(ii) O deságio aplicado pelo desconto dos recebíveis corresponde à taxa PRIME, com variação média de 3,25% ao ano (vide nota explicativa nº 11).

d) Valor de mercado

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia refletem substancialmente os seus valores de mercado. Os valores de mercado desses instrumentos financeiros, no caso aplicações financeiras, empréstimos e ACE, foram obtidos mediante cálculo do seu valor presente, considerando taxas e juros praticados atualmente no mercado para operações de prazo e risco similares.

e) Análise de sensibilidade

O saldo a receber pelas exportações será totalmente liquidado em até 90 dias. A partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2010 (R$ 1,666 por US$ 1,00), foram estimados quais seriam os ajustes do contas a receber, do ACE, das comissões e dos fretes a pagar para três cenários de dólar norte-americano em relação à taxa de 31 de dezembro de 2010.

Considerando o comportamento das variações do câmbio para as datas e os cenários mencionados, a Administração estima que a Companhia incorreria nos seguintes resultados, com seus impactos nas demonstrações financeiras:

Cenário	Variação - %	Valorização - R$	Desvalorização - R$	Ganhos ou perdas - R$
Provável	2	1,699	1,6334	361
Possível	25	2,0834	1,250	4.517
Remoto	50	2,499	0,8334	9.034

f) Risco de crédito

As vendas da Companhia são efetuadas a um grande número de clientes e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa", conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

A Companhia também está sujeita a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. A Administração da Companhia considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantém em instituições financeiras sediadas no Brasil.

26. Ambiente e Recursos Minerais

Ambiente

A indústria de mineração no Brasil está sujeita aos controles governamentais para impedir os riscos potenciais ao meio ambiente, resultantes da extração mineral.

Conforme o Decreto nº 97.632/89, são exigidos projetos de mineração, detalhando o programa de recuperação ambiental, bem como o impacto ao meio ambiente. A Companhia segue o PRAD, devidamente homologado e com cronograma para remonte da mina, após a exaustão dos recursos minerais.

De acordo com o PRAD, a Companhia está apta a extrair e processar o mineral crisotila. Segundo o projeto inicial, a extração e o processamento do mineral crisotila devem cessar no ano 2042, quando será colocado em prática o projeto para demolições, indenizações e recuperação da área degradada.

A cada exercício, a Companhia registra a obrigação com a recuperação ambiental, na mesma proporção da extração do minério, de acordo com o seu valor justo, conforme os critérios a seguir:

Taxa de desconto	9,08% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	4,5% a.a.

Valor presente dos desembolsos esperados

Ano	31/12/10	31/12/09
2042	905	818
2043	803	726
2044	429	388
2045 a 2049	368	331
Total	**2.505**	**2.263**

Considerando o acordo celebrado com o PRAD, a recuperação ambiental da mina ocorrerá entre 2042 e 2049.

O valor total de despesas reconhecidas com a recuperação ambiental da mina em 2010 foi de R$ 242 (R$ 175 em 2009), calculado com base na produção atual de mineral crisotila.

a) Recursos minerais (informação não auditada)

A seguir, a abertura dos recursos minerais da Companhia (asbesto de crisotila), que são explorados e transformados pela Companhia:

	31/12/10	31/12/09
Recursos minerais	9.073.532 t	9.375.789 t
Produção anual	302.257 t	288.452 t
Vida útil estimada da mina - em anos (*)	30,0	32,5

(*) A diminuição da vida útil estimada deve-se à revisão da estimativa de produção da mina com base em laudo de avaliação elaborado por empresa independente.

27. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelos acionistas para publicação pelo Conselho de Administração em 2 de março de 2011.

Diretoria

Elio Antonio Martins

Rubens Rela Filho

Francisco Renato Lopes

Técnico de contabilidade

CRC-SP – "S" GO nº 091247/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

Sama S.A. - Minerações Associadas

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **Sama S.A. - Minerações Associadas** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Empesa decidiu por não apresentar as demonstrações financeiras de forma consolidada referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, embora requerido pelo CPC 36, que determina a elaboração e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas do grupo econômico com entidades sob o controle de controladora.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos de ajustes que poderiam resultar da aplicação do procedimento de auditoria omitido, mencionado no item "Base para opinião com ressalva sobre as demonstracões financeiras", as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sama S.A. - Minerações Associadas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 2 de março de 2011

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Reynaldo Awad Saad
Contador
CRC nº 1 SP 215056/O-1

Deloitte.

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOEGO ATÉ ÀS 10H DE DOIS DIAS ANTERIORES À PUBLICAÇÃO

petron 11 3885.9696

[20920]-eternit_sa_legal_bal_Anual_31-12-10_SAMA_DOEGO.indd 6 28/06/2011 15:34:13

Sama S.A. – Minerações Associadas

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

RELATÓRIO DA DIRETORIA DE 2010

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da SAMA S.A. MINERAÇÕES ASSOCIADAS referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Em 2010, a SAMA, vendeu 306,3 mil toneladas de minério crisotila, um acréscimo de 5,3% em relação ao ano anterior. As vendas no mercado interno atingiram 163,6 mil toneladas, representando um crescimento de 20,7% na comparação entre os anos de 2010 e 2009, devido, principalmente, ao aquecimento do mercado e redução das importações do mercado nacional que foram absorvidas pela SAMA. As exportações tiveram um volume de 142,7 mil toneladas, apresentando um recuo de 8,18% na comparação com o ano anterior em função da demanda do mercado interno. Estrategicamente, a Companhia prioriza o abastecimento para o mercado interno e exporta o excedente. No final de 2010 a SAMA possuía 14% do mercado mundial de minério crisotila.

As exportações são destinadas em sua maior parte aos seguintes países: Índia, Tailândia, Indonésia, Colômbia, México, Emirados Árabes, Malásia, China, Sri-Lanka, Bolívia, Equador, Nigéria, Filipinas, Angola, Vietnã, Gana, Zimbábue e Estados Unidos.

Na área de Recursos Humanos, deu-se continuidade ao programa de benefícios aos colaboradores da sociedade, concedendo a cesta básica, assistência médica, odontológica, incentivos permanentes à prevenção de acidentes e saúde ocupacional. Ocorrem, ainda com grande intensidade, atividades de treinamento e desenvolvimento de pessoal.

A transparência e equidade são dois dos principais alicerces de sustentabilidade dos negócios da SAMA. Nesse sentido, a Companhia mantém um programa Portas Abertas, (que já recebeu mais de 10.086 visitantes em sete anos de existência), é signatária do Pacto Global da ONU, possui as certificações ISO 9.001 de gestão de qualidade, ISO 14.001 de gestão ambiental e OHSAS 18.001 de gestão de saúde e segurança ocupacional, PSQ-USC - Programa Setorial de Qualidade do Uso Seguro do Crisotila.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Líquida

A SAMA, registrou receita líquida de vendas de R$ 310,0 milhões em 2010, um crescimento de 10,9% em relação a 2009. No mercado interno, a receita líquida apresentou crescimento de 33,2% em relação a 2009 e totalizou R$ 198,8 milhões. O crescimento da receita líquida no mercado interno é decorrente do comportamento dos preços e do maior volume de vendas de minério crisotila. A receita líquida proveniente de exportações, somou R$ 111,1 milhões, um recuo de 14,7% em relação a 2009, devido à retração do consumo mundial, absorvida pelo mercado interno.

Lucro Líquido

A SAMA registrou um lucro líquido de R$ 54,2 milhões em 2010, um crescimento de 3,3% em relação a 2009, principalmente pelos fatores comentados acima.

Do lucro líquido do exercício, R$ 5,4 milhões foram destinados para Reserva Legal e Estatutária e R$ 48,8 milhões foram destinados ao pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio.

INVESTIMENTOS

Somaram R$ 15,5 milhões em 2010, um acréscimo de 49,0% em relação ao ano anterior, cuja finalidade, foi aumentar a capacidade produtiva, sustentabilidade ao meio ambiente, e manutenção de investimentos realizados anteriormente.

O Resultado do exercício constante das Demonstrações Financeiras decorreu dos esforços contínuos de redução de custos, através de aperfeiçoamento dos métodos de gestão interna da sociedade.

POSICIONAMENTO SOBRE A QUESTÃO JURÍDICA DO MINÉRIO CRISOTILA

Lei do Estado de São Paulo

A Companhia esclarece que a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do minério crisotila e dos produtos que o contenham é regulamentada pela Lei Federal nº 9.055/95 - Decreto nº 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Portanto, a competência para legislar é da União, conforme preceitos constitucionais.

Neste sentido, em passado recente, Leis contrárias ao amianto aprovadas e sancionadas pelos Estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo foram consideradas inconstitucionais pelo STF - Supremo Tribunal Federal. Recentemente, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul também decidiu pela inconstitucionalidade de Lei de mesmo teor, que havia sido aprovada e sancionada pelo Estado, por invadir competência federal.

Em 2007, o Estado de São Paulo aprovou e sancionou a Lei nº 12.684 com a finalidade de proibir o uso de amianto e dos produtos que o contenham. Esta Lei está sendo questionada no STF pela CNTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.937/07.

No dia 04 de junho de 2008, a Companhia esclarece que, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) revogou a **liminar** concedida em 20 de dezembro de 2007 nos autos da Ação direta de Inconstitucionalidade, que tem por objeto a Lei nº 12.684 do Estado de São Paulo. É importante destacar que o mérito desta ação ainda não foi julgado, o que a coloca sub-judice e, portanto, **a proibição ainda não se tornou definitiva.** No entanto, devemos aguardar a decisão do Supremo Tribunal Federal, que até o presente momento não se manifestou.

Tramita na Assembleia Legislativa de São Paulo, projeto de lei que visa suspender os efeitos da atual Lei criando regras de transição para a sua aplicação. O projeto já recebeu emendas e está pronto para ser votado a qualquer momento.

Os entraves momentâneos a exportação do Amianto Crisotila via Porto de Santos levaram a Companhia a desenvolver novas alternativas para manter os seus embarques. Por decisão de 1ª Instância da justiça paulista as exportações via portos de Santos foram autorizadas.

Pesquisa Científica

Foi concluída uma importante pesquisa no Brasil conduzida por médicos ligados a importantes universidades brasileiras e do exterior, de renome, cujo objetivo, conforme projeto coordenado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq é responder como está a saúde da população que utiliza telhas de fibrocimento e de trabalhadores na mineração.

O resultado da pesquisa, divulgado em 25 de novembro de 2010, comprova que, em relação às avaliações da amostra dos moradores estudados, não foram encontradas alterações clínicas, funcionais respiratórias e tomográficas de alta resolução, passíveis de atribuição à inalação ambiental a fibras de asbesto.

Na avaliação ocupacional, não se identificou novas alterações nem progressão do comprometimento pleural ou intersticial nos indivíduos do Grupo exposto após 1980, que fizeram Tomografia Computadorizada de Alta Resolução - TCAR nos dois estudos. A íntegra desta pesquisa está disponível em http://www.sectec.go.gov.br.

Pesquisa FGV

Por solicitação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, a Fundação Getulio Vargas - FGV realizou uma pesquisa sobre **o papel dos produtos de amianto na cadeia da construção civil**. Este trabalho tem como objetivo dimensionar a importância dos produtos da cadeia produtiva do Minério crisotila na construção civil, tanto na sua dimensão de renda e emprego como em seu papel na estrutura concorrencial e na formação de preços do setor. A íntegra desta pesquisa encontra-se disponível no site da Eternit.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Prêmios

A Companhia conquistou durante o ano de 2010 os seguintes prêmios, consolidando a cada dia a força de sua marca. Confira abaixo a relação dos prêmios conquistados pela SAMA em 2010:

Ambiental:
- Campeão no 8º Benchmarking Ambiental Brasileiro;
- Melhor trabalho em resídios no Prêmio Brasil de Meio Ambiente do Jornal Brasil e Casa Brasil.

Social:
- A melhor empresa de médio porte para você trabalhar, pelo Guia Você S.A. - Exame;
- Segunda melhor empresa em Gestão de Pessoas, pela revista Valor Carreira;
- Posicionamento entre as 50 Melhores Empresas para se Trabalhar, pela Revista Época e Great Place to Work Institute;
- Destaque em qualidade de vida do trabalhador, pela Pesquisa Gestão RH.

Econômico:
- Campeã em desempenho das regiões Centro-Oeste e Norte, pelo Jornal Valor Econômico;
- Segunda melhor empresa mineradora do Brasil, pela revista Exame.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos, clientes, fornecedores, colaboradores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da SAMA em 2010; e confiamos no comprometimento e dedicação constante como base para a realização do nosso trabalho, sempre em linha com o desenvolvimento sustentável do País.

Minaçu, 02 de março de 2011.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 *(Em milhares de reais - R$)*

ATIVO	Nota explicativa	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.690	13.596	17.489
Contas a receber de clientes	6	64.300	58.772	62.878
Estoques	7	17.570	17.439	19.697
Impostos a recuperar		399	400	584
Demais contas a receber		1.715	1.868	2.104
Total do ativo circulante		**92.674**	**92.075**	**102.752**
Não circulante				
Partes relacionadas	(9.a)	23.177	21.460	16.632
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(16.b)	12.915	10.172	8.763
Impostos a recuperar		476	460	564
Depósitos judiciais e incentivos fiscais		2.608	1.475	1.305
Demais contas a receber		6.330	1.425	1.416
Investimentos	8	2.380	2.245	2.149
Imobilizado	10	44.202	36.608	33.464
Intangível	10	1.143	391	175
Total do ativo não circulante		**93.231**	**74.236**	**64.468**
TOTAL DO ATIVO		**185.905**	**166.311**	**167.220**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Circulante				
Fornecedores		9.221	6.146	6.375
Empréstimos e financiamentos	11	19.419	28.656	38.013
Salários, provisões e encargos sociais	12	12.609	10.534	7.540
Impostos, taxas e contribuições a recolher	13	15.196	9.787	7.192
Partes relacionadas	(9.a)	12.550	7.255	13.965
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	14	1.191	1.248	1.073
Demais contas a pagar		3.863	3.278	2.786
Total do passivo circulante		**74.049**	**66.904**	**76.944**
Não circulante				
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	14	7.284	7.485	7.929
Provisão para riscos	18	16.092	9.526	5.251
Remonte da mina	26	2.505	2.263	2.045
Receitas antecipadas		696	267	424
Total do passivo não circulante		**26.577**	**19.541**	**15.649**
Patrimônio líquido				
Capital social		65.100	65.100	65.100
Reservas de capital		342	342	342
Reservas de lucros		19.837	14.424	9.185
Total do patrimônio líquido (consolidado)		**85.279**	**79.866**	**74.627**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**185.905**	**166.311**	**167.220**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais - R$, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

	Nota explicativa	31/12/10	31/12/09
Receita operacional, líquida	20	310.039	279.506
Custo dos produtos vendidos		(149.093)	(130.817)
Lucro bruto		**160.946**	**148.689**
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas com vendas		(34.255)	(30.934)
Despesas gerais e administrativas		(38.668)	(28.687)
Remuneração da Administração	(9.b)	(2.693)	(1.180)
Despesas financeiras	23	(22.788)	(17.992)
Receitas financeiras	23	21.135	14.108
Resultado da equivalência patrimonial	8	135	96
Outras despesas operacionais, líquidas	22	(1.056)	(4.634)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**82.756**	**79.466**
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	(16.a)	(30.699)	(28.384)
Diferidos	(16.a)	2.156	1.410
Lucro líquido do exercício		**54.213**	**52.492**
Lucro líquido do exercício por ação - R$			
Por ação básico e diluído		**1,56**	**1,51**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais - R$, exceto os valores por ação)

			Reserva de capital	Reserva de lucros				
	Nota explicativa	Capital social	Subvenções para investimentos	Estatutária	Legal	Retenção de lucros	Lucro do exercício	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009		**65.100**	**342**	**4.401**	**4.401**	**383**	**-**	**74.627**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	52.492	52.492
Destinação do lucro líquido:		-						
Apropriação para reservas		-	-	2.624	2.624	(9)	(5.239)	-
Juros sobre o capital próprio - R$ 0,131 por ação	15	-	-	-	-	-	(4.554)	(4.554)
Dividendos - R$ 1,225 por ação	15	-	-	-	-	-	(42.699)	(42.699)
Saldos em 31 de dezembro de 2009		**65.100**	**342**	**7.025**	**7.025**	**374**	**-**	**79.866**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	54.213	54.213
Destinação do lucro líquido:								
Apropriação para reservas		-	-	2.711	2.711	(9)	(5.413)	-
Juros sobre o capital próprio - R$ 0,192 por ação	(15.c)	-	-	-	-	-	(4.774)	(4.774)
Dividendos - R$ 1,263 por ação	(15.b)	-	-	-	-	-	(44.026)	(44.026)
Saldos em 31 de dezembro de 2010		**65.100**	**342**	**9.736**	**9.736**	**365**	**-**	**85.279**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	31/12/10	31/12/09
Fluxo de caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do exercício		54.213	52.492
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	10	7.335	6.402
Resultado da equivalência patrimonial	8	(135)	(96)
Resultado na baixa de ativos permanentes		(1.541)	74
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	300	-
Provisão para riscos		6.903	4.275
Provisão para perdas diversas		121	(51)
Encargos financeiros, variações monetária e cambial		728	4.068
Realização de despesas antecipadas		429	374
Realização de receitas antecipadas		(157)	(367)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2.156)	(1.410)
		66.040	**65.761**
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(6.371)	1.040
Estoques		(131)	2.258
Impostos a recuperar		1	288
Partes relacionadas		-	(4.556)
Depósitos judiciais e incentivos fiscais		(1.133)	(170)
Outros ativos		(7.308)	(1.054)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		3.065	(236)
Impostos, taxas e contribuições a recolher		31.134	28.846
Salários, provisões e encargos sociais		2.075	2.994
Provisão para riscos		(337)	
Demais contas a pagar		1.171	702
Caixa gerado pelas atividades operacionais		88.206	95.873
Imposto de renda e contribuição social pagos		(25.725)	(26.246)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		62.481	69.627
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições de imobilizado e intangível	10	(14.061)	(9.836)
Recebimento pela venda de imobilizado		-	1.020
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(14.061)	(8.816)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos - terceiros		**123.445**	**36.083**
Amortização de empréstimos e financiamentos		(133.266)	(46.824)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		(43.505)	(53.963)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(53.326)	(64.704)
Redução do caixa e equivalentes de caixa		**(4.906)**	**(3.893)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	13.596	17.489
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	8.690	13.596
		(4.906)	**(3.893)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 *(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)*

1. Contexto Operacional

A Sama S.A. - Minerações Associadas ("Companhia"), incorporada no Brasil, na cidade de Minaçu, Estado de Goiás, constituída em 10 de agosto de 1966, é uma Companhia de capital fechado, sua controladora é a Eternit S.A.

A Companhia tem como objeto social: (a) a pesquisa e lavra de jazidas e minas, podendo, ainda, explorar outros produtos minerais, o comércio em geral e, especialmente, a compra e venda de produtos agrícolas, pastoris, minerais e metais ferrosos e não ferrosos; (b) a produção de energia hidroelétrica, promovendo o seu aproveitamento, assim como o de quedas d'água a que tenha ou venha a ter direito, usando e vendendo energia que produzir; e (c) o gerenciamento e a disposição de resíduos de fibrocimento, podendo, igualmente, participar em outras sociedades.

A Companhia está capacitada com tecnologias que permitem a polivalência na extração e no beneficiamento do mineral crisotila, o qual é comercializado para os mercados interno e externo. As reservas de mineral crisotila são suficientes para uma produção, nos níveis atuais, de pelo menos trinta e cinco anos.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Resumo das Principais Práticas Contábeis

• Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e também os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

• Base de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia está apresentado a seguir:

a) Apuração do resultado

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

b) Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:
- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.
- Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

c) Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício/período, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes naquelas datas. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do período.

d) Custos de aposentadoria

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

e) Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social correntes está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo o saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (vide nota explicativa nº 16).

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício/período, exceto quando estão relacionados a itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

f) Imobilizado

Está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação acumuladas e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais, e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados até que os bens estejam concluídos. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A Administração da Companhia efetuou análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, cujo resultado está demonstrado abaixo:

Classes de imobilizado	Vida útil (anos)	Taxas anuais de depreciação %
Terrenos	-	-
Edifícios e benfeitorias	34	3
Máquinas e equipamentos	12	9
Máquinas de extração	4	28
Instalações	10	10
Veículos	5	20
Veículos fora de estrada	4	25
Móveis e utensílios	10	10
Equipamentos de informática	5	20
Remonte da mina	34	3
Recursos minerais	20	5

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

g) Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

h) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Não foram identificadas necessidade de provisão para perdas sobre os ativos registrados em 31 de dezembro de 2010.

i) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos de clientes devedores ou de mudança na situação financeira de clientes.

j) Estoques

São apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

k) Provisões
- As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.
- A provisão para benefícios futuros a ex-colaboradores é contabilizada com base em estimativa atuarial, conforme descrito na nota explicativa nº 14.
- A Companhia registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação em locais ambientais conhecidos, emprega equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, usa especialistas externos, quando necessário, e segue o Programa para Recuperação de Área Degradada - PRAD, valorizando os gastos com base em cotações de mercado.

l) Ajuste a valor presente

O contas a receber e fornecedores estão ajustados ao seu valor presente, considerando a taxa de Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC como taxa de desconto. A constituição de tais ajustes está registrada como redutora nas contas de origem e a sua realização é registrada na rubrica "Receitas financeiras" nas demonstrações do resultado.

m) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

n) Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, isto é, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais, conforme previsto contratualmente, incorridos até o fim de cada exercício, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

o) Outros ativos e passivos, correntes e não correntes

Outros ativos e passivos, correntes e não correntes são registrados pelo seu valor realizável (ativos) e pelos seus valores conhecidos ou estimáveis (passivos), acrescidos de juros, variações monetárias e encargos, quando aplicável.

p) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica "Dividendos adicionais propostos", sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 15. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do lucro líquido do período, diretamente no patrimônio líquido.

q) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas emitidos até a presente data. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. Principais Julgamentos Contábeis e Fontes de Incerteza nas Estimativas

Na aplicação das principais práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2.2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou, também, em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente quanto períodos futuros.

• Principais fontes de incerteza nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais fontes de incerteza nas estimativas no fim de cada exercício, as quais podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

3.1. Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.f, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado, anualmente, no fim de cada exercício. Durante o exercício corrente, a Administração estabeleceu que a vida útil de certos itens de máquinas, equipamentos e edificações deveria ser aumentada, suportada por laudos de avaliação internos e externos, considerando a manutenção preventiva, no decorrer dos próximos exercícios.

3.2. Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa nº 25, a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A referida nota explicativa oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

3.3. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 18. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

4. Efeitos da Adoção dos Novos Pronunciamentos Emitidos pelo CPC

• Efeitos da adoção dos novos CPCs nas demonstrações financeiras

Efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC no balanço patrimonial

		Em 01/01/09 (data de transição)			Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	Item (*)	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP (Reapresentado)	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP (Reapresentado)
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		17.489	-	17.489	13.596	-	13.596
Contas a receber de clientes		62.878	-	62.878	58.772	-	58.772
Estoques	a	21.331	(1.634)	19.697	19.073	(1.634)	17.439
Impostos a recuperar		584	-	584	400	-	400
Imposto de renda e contribuição social diferidos	b	1.610	(1.610)	-	1.652	(1.652)	-
Demais contas a receber		2.104	-	2.104	1.869	-	1.868
Total do ativo circulante		105.997	(3.244)	102.752	95.361	(3.286)	92.075
Não Circulante							
Depósitos judiciais e incentivos fiscais		1.305	-	1.305	1.475	-	1.475
Impostos a recuperar		564	-	564	460	-	460
Imposto de renda e contribuição social diferidos	c	7.126	1.637	8.763	8.487	1.683	10.172
Partes relacionadas		16.632	-	16.632	21.460	-	21.460
Demais contas a receber		1.416	-	1.416	1.425	-	1.425
Outros investimentos		2.149	-	2.149	2.245	-	2.245
Imobilizado	a/d	31.578	1.886	33.464	34.739	1.869	36.608
Outros ativos intangíveis	e	186	(11)	175	402	(11)	391
Total do ativo não circulante		60.955	3.512	64.468	70.693	3.541	74.236
Total do Ativo		**166.952**	**268**	**167.220**	**166.056**	**255**	**166.311**
Passivo							
Circulante							
Fornecedores		6.375	-	6.375	6.146	-	6.146
Empréstimos e financiamentos		38.013	-	38.013	28.656	-	28.656
Salários, provisões e encargos sociais		7.540	-	7.540	10.534	-	10.534
Impostos, taxas e contribuições a recolher		7.192	-	7.192	9.787	-	9.787
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		13.965	-	13.965	7.255	-	7.255
Provisão para benefícios futuros a colaboradores		1.073	-	1.073	1.248	-	1.248
Demais contas a pagar		2.784	-	2.784	3.278	-	3.278
Total do passivo circulante		76.944	-	76.944	66.904	-	66.904
Não Circulante							
Provisão para benefícios futuros a ex-colaboradores		7.929	-	7.929	7.485	-	7.485
Provisão para contingências		5.251	-	5.251	9.526	-	9.526
Remonte da mina		2.045	-	2.045	2.263	-	2.263
Receitas antecipadas		424	-	424	267	-	267
Total do passivo não circulante		15.649	-	15.649	19.541	-	19.541
Patrimônio Líquido							
Capital social		65.100	-	65.100	65.100	-	65.100
Reserva de capital	d	33	309	342	33	309	342
Reservas de lucros	e	9.226	(41)	9.185	14.478	(54)	14.424
Total do patrimônio líquido		74.359	268	74.627	79.611	255	79.866
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**166.952**	**268**	**167.220**	**166.056**	**255**	**166.311**

Conciliação do patrimônio líquido atribuível

	Item (*)	Em 01/01/09 (data de transição)	Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)
Total do patrimônio líquido de acordo com as BR GAAP anteriores		74.359	79.611
Correção monetária complementar do ativo imobilizado - pronunciamento técnico CPC 42 (IAS 29)	d	309	309
Depreciação da correção monetária complementar - pronunciamentos técnicos CPC 27 e CPC 23	e	(57)	(74)
Reversão parcial de custos administrativos na formação de ativo intangível - pronunciamento técnico CPC 38	e	(56)	(56)
Reversão parcial da depreciação do ativo intangível - pronunciamentos técnicos CPC 04 e CPC 23	e	45	45
Constituição de imposto de renda diferido - pronunciamento técnico CPC/IFRS 32	e	27	31
Total dos ajustes no patrimônio líquido		268	255
Total do patrimônio líquido de acordo com as BR GAAP		74.627	79.866

Continua...

OPOPULAR – 6COL X 52CM – PÁG. 1
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: OPOP 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696

Sama S.A. – Minerações Associadas

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 *(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)*

Efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC na demonstração do resultado

	Item (*)	Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores) BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP (Reapresentada)
Receita operacional líquida		279.506	-	279.506
Custo dos produtos vendidos		(130.817)	-	(130.817)
Lucro bruto		148.689	-	148.689
Receitas (despesas) operacionais:				
Despesas com vendas		(30.934)	-	(30.934)
Despesas gerais e administrativas		(28.687)	-	(28.687)
Remuneração da Administração		(1.180)	-	(1.180)
Despesas financeiras		(17.992)	-	(17.992)
Receitas financeiras		14.108	-	14.108
Outras despesas operacionais, líquidas	e	(4.615)	(19)	(4.634)
Resultado da equivalência patrimonial		96	-	96
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**79.485**	**(19)**	**79.466**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**e**	**(26.980)**	**6**	**(26.974)**
Lucro Líquido do Exercício		**52.505**	**(13)**	**52.492**
Atribuível à				
Participação dos acionistas controladores		52.505	(13)	52.492
Participação dos acionistas não controladores		52.505	(13)	52.492

Descrição dos ajustes e das reclassificações na conversão das BR GAAP anteriores para as BR GAAP atuais

	Item (*)	31/12/09	01/01/09
Estoque transferido para o ativo imobilizado - pronunciamento técnico CPC 27	a	(1.634)	(1.634)
Ativo fiscal diferido transferido para o ativo não circulante	b	(1.652)	(1.610)
Ativo fiscal diferido transferido do ativo circulante		1.652	1.610
Constituição de ativo fiscal diferido sobre efeitos do CPC		31	27
	c	1.683	1.637
Ativo imobilizado transferido dos estoques - pronunciamento técnico CPC 27	a	1.634	1.634
Correção monetária complementar do ativo imobilizado - pronunciamento técnico CPC 42 (IAS 29)	d	309	309
Depreciação da correção monetária complementar - pronunciamentos técnicos CPC 27 e CPC 23		(74)	(57)
		1.869	1.886
Reversão parcial de custos administrativos na formação de ativo intangível - pronunciamento técnico CPC 38		(56)	(56)
Reversão parcial da depreciação do ativo intangível - pronunciamentos técnicos CPC 04 e CPC 23		45	45
	e	(11)	(11)

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Saldos de caixa e bancos	391	5.679	343
Fundos de investimento	8.299	7.917	17.146
Total	**8.690**	**13.596**	**17.489**

Em 31 de dezembro de 2010, os fundos de investimento foram remunerados por taxas médias de 103% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (105% em 31 de dezembro de 2009 e 95% em 1º de janeiro de 2009), tendo, basicamente, em sua carteira fundos referenciados - DI e renda fixa.

6. Contas a Receber de Clientes

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Contas a receber de clientes	66.638	60.810	64.916
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.338)	(2.038)	(2.038)
Total	**64.300**	**58.772**	**62.878**

Composição do saldo de clientes por idade de vencimento:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
A vencer	59.243	52.771	62.281
Valores vencidos:			
Até 30 dias	3.473	5.346	516
Entre 30 e 60 dias	656	27	-
Acima de 60 dias	3.266	2.666	2.119
Total	**66.638**	**60.810**	**64.916**

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Saldo inicial	(2.038)	(2.038)	(2.038)
Adição	(300)	-	-
Total	**(2.338)**	**(2.038)**	**(2.038)**

7. Estoques

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Produtos acabados	6.734	7.328	8.592
Produtos em elaboração	1.976	1.520	416
Materiais auxiliares	8.860	8.591	10.689
Total	**17.570**	**17.439**	**19.697**

8. Investimentos

A seguir, são apresentados os detalhes da controlada da Companhia no encerramento do exercício:

Controlada	Participação e capital votante detidos - % 31/12/10	31/12/09	01/01/09
Engedis Distribuição e Serviços Ltda. ("Engedis") (*)	99,99	99,99	99,99

(*) A controlada não possui atividade econômica.

Movimentação do investimento na Engedis, conforme a seguir:

Em 1º de janeiro de 2009	2.149
Equivalência patrimonial	96
Em 31 de dezembro de 2009	2.245
Equivalência patrimonial	135
Em 31 de dezembro de 2010	2.380

9. Partes Relacionadas

a) Saldos e transações com partes relacionadas

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Saldos:			
Ativo circulante - Clientes: (i)			
Eternit S.A. (Controladora)	7.173	4.160	4.816
Precon Goiás Industrial Ltda. (Coligada)	1.212	719	1.174
	8.385	4.879	5.990
Ativo não circulante - Mútuo - (iii)			
Eternit S.A. (Controladora)	23.177	21.460	16.632
Total	**31.562**	**26.339**	**22.622**
Passivo circulante - Dividendos e juros sobre o capital próprio - (ii) Eternit S.A.	12.550	7.255	13.965
Total	**12.550**	**7.255**	**13.965**
Transações:			
Vendas:			
Eternit S.A. (Controladora)	93.025	68.775	59.388
Precon Goiás Industrial Ltda. (Coligada)	11.140	8.682	9.702
Total	**104.165**	**77.457**	**69.090**
Receita - Juros sobre mútuo - Eternit S.A.	2.075	1.957	-
Total	**2.075**	**1.957**	**-**
Despesas - Descontos concedidos - Eternit S.A.	3.368	1.749	2.656
Total	**3.368**	**1.749**	**2.656**

(i) Refere-se a saldos a receber referentes a fornecimentos de matéria-prima (mineral crisotila), sendo essas transações usuais e constantes no decorrer dos exercícios, motivo pelo qual os referidos saldos estão classificados em contas do circulante.

(ii) Refere-se a juros sobre o capital próprio líquido de IRRF a receber da controladora.

(iii) Refere-se a recursos aplicados na controladora Eternit S.A., classificados no passivo não circulante, referentes a contratos de mútuo sobre os quais incidem a variação de 100% do CDI e o prazo de amortização de 24 meses, sendo os recursos destinados para fazer face aos investimentos no ativo imobilizado da Companhia.

b) Remuneração da Administração

A Companhia pagou aos seus administradores, em salários e remuneração variável, conforme a seguir:

	31/12/10	31/12/09
Salários e honorários	620	592
Participação nos lucros	639	555
Gratificação	1.434	33
Total	**2.693**	**1.180**

A despesa com remuneração da Administração está contabilizada na rubrica "Despesas gerais e administrativas" na Demonstração do Resultado.

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Até 31 de dezembro de 2010 não foram registrados nenhum benefício de longo prazo (benefício pós-emprego e rescisão de contrato de trabalho).

De acordo com a legislação societária do Brasil e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas fixar, em Assembleia Geral, o montante global da remuneração anual dos administradores.

10. Imobilizado e Intangível

a) Imobilizado

	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Instalações	Veículos	Veículos fora de estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Remonte da mina	Recursos minerais	Imobilizações em andamento	Total
Custo													
Em 1º de janeiro de 2009	560	12.268	37.883	15.929	99.826	4.606	6.827	5.203	2.523	1.847	5.594	7.733	200.799
Adições	-	66	179	265	3.057	188	-	59	58	-	75	5.467	9.414
Baixas	-	(85)	(2.835)	(905)	(93)	(10)	(861)	(1.175)	(527)	-	(883)	(581)	(7.955)
Transferências	-	675	109	237	2.367	(1)	(1)	193	35	-	4.302	(7.916)	-
Em 31 de dezembro de 2009	560	12.924	35.336	15.526	105.157	4.783	5.965	4.280	2.089	1.847	9.088	4.703	202.258
Adições	-	-	1.634	-	-	-	-	-	-	-	-	11.484	13.118
Baixas	-	(183)	(302)	(846)	(82)	(83)	(2.151)	(70)	(161)	-	-	2.071	(1.807)
Transferências	-	1.744	665	1.343	8.092	141	14	1.095	192	-	4.299	(17.585)	-
Em 31 de dezembro de 2010	560	14.485	37.333	16.023	113.167	4.841	3.828	5.305	2.120	1.847	13.387	673	213.569
Depreciação													
Em 1º de janeiro de 2009	-	(10.550)	(35.391)	(13.659)	(91.370)	(2.556)	(6.797)	(3.671)	(2.120)	(44)	(1.175)	-	(167.335)
Adições	-	(134)	(1.157)	(977)	(2.491)	(594)	(9)	(260)	(150)	(62)	(362)	-	(6.196)
Baixas	-	11	3.493	905	227	10	858	1.172	527	-	678	-	7.881
Em 31 de dezembro de 2009	-	(10.675)	(33.055)	(13.731)	(93.634)	(3.140)	(5.948)	(2.759)	(1.743)	(106)	(859)	-	(165.650)
Adições	-	(102)	(2.679)	(256)	(2.459)	(506)	(13)	(307)	(142)	(52)	(628)	-	(7.144)
Baixas	-	46	-	844	83	83	2.152	60	159	-	-	-	3.427
Em 31 de dezembro de 2010	-	(10.731)	(35.734)	(13.143)	(96.010)	(3.563)	(3.809)	(3.006)	(1.726)	(158)	(1.487)	-	(169.367)
Valor residual													
Em 1º de janeiro de 2009	560	1.716	2.492	2.270	8.456	2.050	30	1.532	403	1.803	4.419	7.733	33.464
Em 31 de dezembro de 2009	560	2.249	2.281	1.795	11.523	1.643	17	1.521	346	1.741	8.229	4.703	36.608
Em 31 de dezembro de 2010	560	3.754	1.599	2.880	17.157	1.278	19	2.299	394	1.689	11.900	673	44.202

Em razão de processos judiciais, a Companhia ofereceu como garantia bens do ativo imobilizado no valor de R$ 6.483.

b) Intangível

	Softwares	Intangível em andamento	Total
Custo			
Em 1º de janeiro de 2009	1.616	-	1.616
Adições	279	143	422
Baixas	-	-	-
Transferências	143	(143)	-
Em 31 de dezembro de 2009	2.038	-	2.038
Adições	-	943	943
Baixas	-	-	-
Transferências	943	(943)	-
Em 31 de dezembro de 2010	2.981	-	2.981
Amortização			
Em 1º de janeiro de 2009	(1.441)	-	(1.441)
Adições	(206)	-	(206)
Baixas	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2009	(1.647)	-	(1.647)
Adições	(191)	-	(191)
Baixas	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2010	(1.838)	-	(1.838)
Valor residual			
Em 1º de janeiro de 2009	175	-	175
Em 31 de dezembro de 2009	391	-	391
Em 31 de dezembro de 2010	1.143	-	1.143

11. Empréstimos e Financiamentos

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Circulante:			
ACE (a)	19.419	28.656	29.798
ACC (b)	-	-	8.215
Total	**19.419**	**28.656**	**38.013**

a) Adiantamentos de Contrato de Exportação - ACE

São recursos destinados a alavancar o capital de giro, captados em dólares norte-americanos a uma taxa cambial média de R$ 1,68 e atualizados pela taxa de R$ 1,6654 em 31 de dezembro de 2010. Taxa de captação PRIME média de 3,25% ao ano, sendo tais adiantamentos, pelas características da transação, vencíveis em até 360 dias. A Eternit S.A. é avalista de parte das operações de ACE da Companhia cujo valor em 31 de dezembro de 2010 era de R$ 19.419, representando 97,14% do saldo total em 31 de dezembro de 2010.

b) Adiantamentos de Contrato de Câmbio - ACC

São recursos destinados a alavancar o capital de giro da Companhia, captados em dólares norte-americanos a uma taxa cambial média de R$ 1,627 e Taxa Interbancária de Londres - LIBOR média de 3,25% ao ano, sendo tais adiantamentos, pelas características da transação, vencíveis em até 360 dias.

12. Salários, Provisões e Encargos Sociais

	01/01/09	Adições	Pagamentos	31/12/09	Adições	Pagamentos	31/12/10
13º salário	-	2.306	(2.306)	-	2.407	(2.407)	-
Férias	2.382	3.433	(2.929)	2.886	3.459	(2.983)	3.362
Participação nos lucros (a)	4.160	7.400	(5.146)	6.414	11.558	(10.428)	7.544
Salários	-	13.704	(13.704)	-	14.485	(14.485)	-
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	177	2.209	(2.180)	206	2.257	(2.177)	286
Salário-educação	38	558	(550)	46	632	(609)	69
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	542	7.673	(7.555)	660	9.059	(8.742)	977
Previdência privada (b)	241	2.421	(2.364)	298	2.320	(2.271)	347
Contribuição sindical	-	89	(65)	24	119	(118)	24
Total	**7.540**	**39.793**	**(36.799)**	**10.534**	**46.296**	**(44.221)**	**12.609**

a) Participação nos lucros

A Companhia adota o programa de participação nos lucros para os colaboradores. O acordo é homologado pelo sindicato. O valor está registrado como despesas administrativas na rubrica "Participação nos lucros".

b) Previdência privada

A Companhia oferece plano de previdência privada aos colaboradores, administrado por uma instituição financeira autorizada sem vínculo com a Companhia, com característica de contribuição definida.

13. Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher

Circulante	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Tributos sobre os lucros:			
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	8.428	3.607	1.225
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.498	260	503
Demais tributos:			
ICMS	1.891	2.990	3.177
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social/Programa de Integração Social - COFINS/PIS	1.689	1.358	852
Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM	1.690	1.572	1.435
Total	**15.196**	**9.787**	**7.192**

14. Provisão para Benefícios Futuros a Ex-Colaboradores

A Companhia, com base em laudo atuarial para a data-base 31 de dezembro de 2010 preparado por empresa especializada independente, com parecer emitido em 21 de fevereiro de 2011, contabilizou uma provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-colaboradores.

a) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Taxa de desconto - % ao ano	10,73	11,29	10,25
Crescimento das despesas com saúde - % ao ano	8,5	8,51	8,50
Taxa de inflação de longo prazo - % ao ano	4,5	4,50	4,50
Tábua de mortalidade geral	GAM83	GAM83	GAM83

b) Avaliação atuarial

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Número de participantes	220	217	219
Valor presente das obrigações no início do período	9.720	10.179	9.048
Juros sobre a obrigação atuarial	932	979	872
(Ganhos) perdas atuariais	-	(872)	1.314
Gastos realizados no exercício	(1.226)	(1.438)	(1.055)
Valor presente das obrigações no fim do exercício	9.426	8.848	10.179

c) Amortização dos ganhos atuariais

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
(Ganhos) perdas atuariais não reconhecidas	2.663	(872)	(1.159)
Corredor - 10% do valor presente das obrigações	(943)	(885)	(1.018)
Serviço médio futuro esperado (em anos)	16,42	17,42	18,60

d) Conciliação contábil do passivo

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Saldo contábil no início do exercício	8.733	9.001	9.204
Gastos realizados no exercício	(1.226)	(1.438)	(1.055)
Complemento da provisão	967	1.170	853
Total	**8.474**	**8.733**	**9.002**
Circulante	1.191	1.248	1.073
Não circulante	7.284	7.485	7.929
Total	**8.475**	**8.733**	**9.002**

15. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia está totalmente integralizado, no valor de R$ 65.100, representado por 34.847.445 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Acionistas	Quantidade de ações	Participação - %
Eternit S.A.	34.847.440	99,99
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	5	0,01
Total	**34.847.445**	**100,00**

b) Dividendos

A Companhia distribuirá como dividendo mínimo obrigatório em cada exercício 25% do lucro do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.
Os dividendos pagos ou propostos durante o exercício foram:

Evento	Início do pagamento	Valor total	Valor por ação - R$
Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 31/03/10	30/04/10	9.932	0,285
AGE de 25/06/10	30/07/10	7.841	0,225
AGE de 25/06/10	30/08/10	4.739	0,136
AGE de 27/09/10	29/10/10	5.668	0,162
AGE de 27/09/10	30/11/10	4.333	0,124
AGE de 29/12/10 (*)	31/01/11	6.846	0,196
AGE de 29/12/10 (*)	28/02/11	4.667	0,134
Total		**44.026**	

c) Juros sobre o capital próprio

A Administração da Companhia poderá deliberar distribuição de resultado na forma de pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente.
Os juros sobre o capital próprio pagos durante o exercício foram:

Evento	Início do pagamento	Valor total	Valor por ação - R$
AGE de 31/03/10	30/04/10	1.185	0,034
AGE de 25/06/10	30/07/10	1.185	0,034
AGE de 27/09/10	29/10/10	1.185	0,034
AGE de 29/12/10 (*)	31/01/11	1.219	0,035
Total		**4.774**	

(*) Os dividendos e juros sobre o capital próprio descontados do IRRF - 15% estão registrados na rubrica "Partes relacionadas", no passivo circulante.

16. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é conforme a seguir:

	31/12/10	31/12/09
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	82.756	79.466
Alíquota nominal (%)	34	34
Imposto de renda e contribuição social alíquotas nominais	(28.137)	(27.018)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva decorrentes de		
Diferenças permanentes:		
Resultado de equivalência patrimonial	46	33
Juros sobre o capital próprio	1.623	5.140
Gratificação a administradores	(1.531)	(1.422)
Doações e brindes	(1.179)	(268)
Provisão para bônus - Administração	(289)	(16)
Outras (adições) exclusões	895	(245)
Outras adições temporárias	(2.127)	(4.588)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(30.699)	(28.384)
Reversões temporárias	2.156	1.410
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.156	1.410
Despesa do exercício	**(28.543)**	**(26.974)**

b) Composição do ativo fiscal diferido

Os créditos fiscais diferidos, apresentados no ativo não circulante, referem-se ao imposto de renda e à contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, conforme a seguir:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Benefícios futuros a ex-colaboradores	2.604	2.692	2.784
Provisão para riscos	5.415	3.239	1.786
Provisão para perdas no recebimento de créditos	2.994	2.892	2.787
Provisão para participação nos lucros e resultados	1.411	986	1.043
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de CPC	39	-	-
Outras provisões	452	330	336
Total	**12.915**	**10.139**	**8.736**

Expectativa de realização dos créditos tributários

i) Diferenças temporárias

Estima-se que o saldo do ativo não circulante, referente aos impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias, será realizado conforme a seguir:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
2010	-	1.652	1.610
2011	2.097	-	-
2012	-	-	-
2013	-	-	-
2014 a 2019	10.818	8.487	7.126
Total	**12.915**	**10.139**	**8.736**

A estimativa da realização do saldo de impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias, em 31 de dezembro de 2010, pode apresentar alterações, pois grande parte delas está sujeita a decisões judiciais sobre as quais a Companhia não detém controle, tampouco sabe prever quando haverá a decisão em última instância.

As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, à flutuação de taxas de câmbio, ao volume de vendas, aos preços de venda e às alíquotas de impostos, entre outras, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social decorre não somente do lucro tributável, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e diversas outras variáveis, não existe uma correlação relevante entre o lucro líquido da Companhia e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

17. Participação dos Colaboradores nos Lucros

A Companhia concede participação nos lucros a seus colaboradores, sendo o valor destinado a eles calculado nos termos do acordo sindical firmado com a Companhia. Os valores registrados de despesas de participação nos lucros no exercício de 2010 foi de R$ 9.769 (R$ 7.382 em 2009).

18. Provisão para Riscos

A Companhia possui diversos processos judiciais de naturezas cível, trabalhista e tributária, que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

A provisão para riscos foi constituída para os processos cuja perda foi avaliada como provável, com base na análise individual dos respectivos processos feita pelos assessores legais da Companhia.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Processos trabalhistas	6.511	6.374	5.251
Processos cíveis e tributários	9.581	3.152	-
	16.092	**9.526**	**5.251**

	01/01/09	Adições	Pagamentos	Reversões	31/12/09
Processos trabalhistas	5.251	2.943	-	(1.820)	6.374
Processos cíveis e tributários	-	3.154	-	(2)	3.152
Provisão para riscos	5.251	6.097	-	(1.822)	9.526

	31/12/09	Adições	Pagamentos	Reversões	31/12/10
Processos trabalhistas	6.374	2.101	(337)	(1.627)	6.511
Processos cíveis e tributários	3.152	6.429	-	-	9.581
Provisão para riscos	9.526	8.530	(337)	(1.627)	16.092

A Companhia efetua depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos e estão registrados no ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia mantinha em andamento ação popular em Poções - BA sobre questões locais de naturezas ambiental e de saúde e que está relacionada às ações civis públicas movidas pelos Ministérios Públicos Estadual e Federal do Estado da Bahia, na comarca da cidade de Vitória da Conquista, cujas avaliações dos assessores legais quanto à perda foram consideradas possíveis.

Igualmente, na mesma data, a Companhia mantinha em andamento uma ação de improbidade administrativa em que se discutem questões relacionadas à CFEM, ação anulatória e uma execução da mesma natureza (CFEM) no Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM.

Também possuía uma ação popular na comarca de Minaçu - GO relacionada à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra para a Companhia.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2010, existiam outras reclamações trabalhistas e processos cíveis, tributários e administrativos contra a Companhia, para os quais os assessores legais desta classificam a perda como possível, no montante de R$ 600; portanto, não foi registrada nenhuma provisão para essas reclamações trabalhistas e processos cíveis, tributários e administrativos, pois ainda se encontram em fases iniciais e deverão se alongar no tempo.

19. Plano de Suplementação de Aposentadoria

A Companhia mantém contratado um plano de previdência complementar fechado com uma entidade de previdência privada devidamente autorizada. O plano foi contratado com o objetivo principal de suplementar a aposentadoria e pensão dos colaboradores e executivos. As contribuições são destinadas a todos os colaboradores e administradores, tendo sido efetuado no valor R$ 1.500 em 31 de dezembro de 2010 (R$ 1.408 em 2009).

20. Receita Operacional, Líquida

	31/12/10	31/12/09
Receita bruta de vendas	370.645	326.215
Impostos incidentes sobre as vendas	(60.606)	(46.709)
Receita operacional, líquida	**310.039**	**279.506**

21. Informações sobre a Natureza das Despesas

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	31/12/10	31/12/09
Custo dos produtos e das mercadorias vendidos	149.093	130.817
Despesas com vendas	34.255	30.934
Despesas gerais e administrativas	41.361	29.867
Despesas financeiras	22.788	17.992
Outras despesas operacionais	1.056	4.634
Total	**248.553**	**214.244**
Matéria-prima consumida	16.304	14.998
Despesas com pessoal e encargos	44.405	39.404
Materiais, energia elétrica e serviços	37.826	32.087
Despesas de vendas variáveis	30.502	27.122
Depreciação e amortização	7.099	6.202
Provisão para contingências	8.056	5.793
Serviços de terceiros	48.950	37.678
	31/12/10	**31/12/09**
Comissões sobre vendas	1.033	859
Contribuição para entidades de classe	2.679	3.692
Propaganda e publicidade	1.934	1.220
Impostos e taxas	730	694
Encargos financeiros sobre financiamentos e mútuo	2.075	1.884
Variação cambial passiva	7.794	15.060
Outras	39.166	27.551
Total	**248.553**	**214.244**

22. Outras Despesas Operacionais, Líquidas

	31/12/10	31/12/09
Outras receitas operacionais:		
Vendas de bens do imobilizado	1.688	1.020
Receitas eventuais	5.638	314
Outras vendas	200	135
Aluguéis	419	409
	7.945	**1.878**
Outras despesas operacionais:		
Provisão para riscos	(6.754)	(4.274)
Provisão para benefícios futuros a ex-colaboradores	(932)	(978)
Impostos sobre outras vendas	(510)	(408)
Gastos com indenizações trabalhistas e cíveis	-	(157)
Custo da baixa do imobilizado	(147)	(74)
Outras	(658)	(621)
	(9.001)	**(6.512)**
Total	**(1.056)**	**(4.634)**

23. Receitas e Despesas Financeiras

	31/12/10	31/12/09
Despesas financeiras:		
Variação cambial	(16.871)	(12.835)
Juros passivos	(752)	(2.397)
Descontos concedidos	(4.991)	(2.590)
Outras	(174)	(170)
	(22.788)	**(17.992)**
Rendimentos de aplicações financeiras	454	630
Descontos obtidos	1	2
Juros ativos recebidos	4.997	4.616
Variações cambiais ativas	15.683	8.860
	21.135	**14.108**
Despesas financeiras, líquidas	**(1.653)**	**(3.884)**

24. Cobertura de Seguros

Os seguros mantidos pela Companhia, em 31 de dezembro de 2010, contra eventuais riscos estão relacionados a seguir:

Modalidade	Bens cobertos	Valor da cobertura
Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral e lucros cessantes	Edifícios, instalações, equipamentos e outros	
		214.680

25. Instrumentos Financeiros

a) Considerações gerais

A Companhia contrata operações financeiras envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, financiamentos e contratos de câmbio.

A administração e gestão desses instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, devidamente monitorados pela Administração da Companhia, visando maximizar a rentabilidade do negócio ao acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre o capital de terceiros e o capital próprio.

Aplicações financeiras

A política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as operações podem ser realizadas, além de definir limites quanto aos valores a serem aplicados em cada uma delas.

Empréstimos e financiamentos

As operações estão registradas de acordo com os contratos celebrados e as respectivas taxas de juros usuais de mercado, conforme nota explicativa nº 11.

Na sua totalidade, os financiamentos são denominados em moeda nacional e corrigidos pelo CDI pós-fixado.

Contratos de câmbio

i) Riscos cambiais

A Companhia realiza operações de contratos de câmbio visando à proteção de sua exposição à variação da cotação de moedas, decorrente das vendas de produtos acabados ao mercado externo.

ii) Riscos de taxa de juros

A Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atreladas a taxas pós-fixadas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

b) Exposição cambial

Em 31 de dezembro de 2010, os principais grupos de contas atrelados à moeda estrangeira, preponderantemente indexados ao dólar norte-americano e relacionados à Companhia, são conforme a seguir:

	31/12/10	31/12/09	Cotação em 31/12/10 (US$ 1,00 = R$)
Clientes no mercado externo (i)	38.074	40.204	1,666
Fornecedores no mercado externo	(8.299)	(56)	1,666
ACE (ii)	(19.419)	(28.656)	1,666
Comissões no exterior	(111)	(66)	1,666
Fretes internacionais	(477)	(775)	1,666
Total da exposição cambial	**9.768**	**10.651**	

(i) Valores a receber de clientes no exterior pela venda do mineral crisotila.

(ii) A Companhia tem como prática descontar os contratos de exportação sempre que a cotação do dólar norte-americano se mostra favorável a esse tipo de operação, minimizando riscos de perdas com a variação cambial.

c) Exposição à taxa de juros

As exposições ativas (passivas) da Companhia à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	31/12/10	31/12/09
Ativo - Aplicações financeiras (i)	8.299	7.917
Passivo - ACE (ii)	(19.419)	(28.656)
Total da exposição à taxa de juros	**(11.120)**	**(20.739)**

(i) As aplicações financeiras estão representadas por fundos de renda fixa e CDB, com remuneração média de 103% do CDI (vide nota explicativa nº 5).

(ii) O deságio aplicado pelo desconto dos recebíveis corresponde à taxa PRIME, com variação média de 3,25% ao ano (vide nota explicativa nº 11).

d) Valor de mercado

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia refletem substancialmente os seus valores de mercado. Os valores de mercado desses instrumentos financeiros, no caso aplicações financeiras, empréstimos e ACE, foram obtidos mediante cálculo do seu valor presente, considerando taxas e juros praticados atualmente no mercado para operações de prazo e risco similares.

e) Análise de sensibilidade

O saldo a receber pelas exportações será totalmente liquidado em até 90 dias. A partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2010 (R$ 1,666 por US$ 1,00), foram estimados quais seriam os ajustes do contas a receber, do ACE, das comissões e dos fretes a pagar para três cenários de dólar norte-americano em relação à taxa de 31 de dezembro de 2010.

Considerando o comportamento das variações do câmbio para as datas e os cenários mencionados, a Administração estima que a Companhia incorreria nos seguintes resultados, com seus impactos nas demonstrações financeiras:

Continua...

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: OPOP 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

Sama S.A. – Minerações Associadas

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 *(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)*

Cenário	Variação - %	Valorização - R$	Desvalorização - R$	Ganhos ou perdas - R$
Provável	2	1,699	1,6334	361
Possível	25	2,0834	1,250	4.517
Remoto	50	2,499	0,8334	9.034

f) Risco de crédito

As vendas da Companhia são efetuadas a um grande número de clientes e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa", conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

A Companhia também está sujeita a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. A Administração da Companhia considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantém em instituições financeiras sediadas no Brasil.

26. Ambiente e Recursos Minerais

Ambiente

A indústria de mineração no Brasil está sujeita aos controles governamentais para impedir os riscos potenciais ao meio ambiente, resultantes da extração mineral.

Conforme o Decreto nº 97.632/89, são exigidos projetos de mineração, detalhando o programa de recuperação ambiental, bem como o impacto ao meio ambiente. A Companhia segue o PRAD, devidamente homologado e com cronograma para remonte da mina, após a exaustão dos recursos minerais.

De acordo com o PRAD, a Companhia está apta a extrair e processar o mineral crisotila. Segundo o projeto inicial, a extração e o processamento do mineral crisotila devem cessar no ano 2042, quando será colocado em prática o projeto para demolições, indenizações e recuperação da área degradada.

A cada exercício, a Companhia registra a obrigação com a recuperação ambiental, na mesma proporção da extração do minério, de acordo com o seu valor justo, conforme os critérios a seguir:

Taxa de desconto	9,08% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	4,5% a.a.

Valor presente dos desembolsos esperados

Ano	31/12/10	31/12/09
2042	905	818
2043	803	726
2044	429	388
2045 a 2049	368	331
Total	**2.505**	**2.263**

Considerando o acordo celebrado com o PRAD, a recuperação ambiental da mina ocorrerá entre 2042 e 2049. O valor total de despesas reconhecidas com a recuperação ambiental da mina em 2010 foi de R$ 242 (R$ 175 em 2009), calculado com base na produção atual de mineral crisotila.

a) Recursos minerais (informação não auditada)

A seguir, a abertura dos recursos minerais da Companhia (asbesto de crisotila), que são explorados e transformados pela Companhia:

	31/12/10	31/12/09
Recursos minerais	9.073.532 t	9.375.789 t
Produção anual	302.257 t	288.452 t
Vida útil estimada da mina - em anos (*)	30,0	32,5

(*) A diminuição da vida útil estimada deve-se à revisão da estimativa de produção da mina com base em laudo de avaliação elaborado por empresa independente.

27. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelos acionistas para publicação pelo Conselho de Administração em 2 de março de 2011.

DIRETORIA

Elio Antonio Martins

Rubens Rela Filho

Francisco Renato Lopes

Técnico de contabilidade

CRC-SP – "S" GO nº 091247/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

Sama S.A. - Minerações Associadas

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **Sama S.A. - Minerações Associadas** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Empesa decidiu por não apresentar as demonstrações financeiras de forma consolidada referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, embora requerido pelo CPC 36, que determina a elaboração e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas do grupo econômico com entidades sob o controle de controladora.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos de ajustes que poderiam resultar da aplicação do procedimento de auditoria omitido, mencionado no item "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras", as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sama S.A. - Minerações Associadas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 2 de março de 2011

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Reynaldo Awad Saad

Contador

CRC nº 1 SP 215056/O-1

Deloitte.

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: OPOP 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696